

Acção **Socialista**

Nº 1195 - 22 Abril 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



30 ANOS DE PS 29 DE LIBERDADE

*“Começámos hoje a celebrar
três vezes 30 anos. Os 30 anos do PS.
Os 30 anos da democracia portuguesa
e os próximos 30 anos da democracia
e do PS”*

Ferro Rodrigues



A participação de Ferro Rodrigues no encontro dos jovens socialistas em Olhão constituiu a primeira de uma série de iniciativas inseridas num vasto programa comemorativo dos 30 anos do PS que se estende até 25 de Abril do próximo ano. Para a próxima quarta-feira, Ferro Rodrigues tem já agendado um primeiro encontro, no bar Madres de

Goa, em Lisboa, com militantes com menos de 30 anos, enquanto no sábado, dia 26, realiza-se o habitual almoço de fundadores do PS, no Hotel Altis, com a presença do secretário-geral e do presidente do partido.

Associando-se às comemorações, o “AS” distribui nesta edição um poster evocativo.

ACTUALIDADE

Secretário-geral reuniu-se pela primeira vez com os novos líderes federativos

3

EUROPA

Dez novos Estados assinam adesão histórica em Atenas

17

MULHERES SOCIALISTAS

Quatro candidatas em campanha

18

ENTREVISTA

Marques Júnior, capitão de Abril e deputado do PS, revisita a Revolução dos Cravos, em entrevista ao “AS”

4

TRAZ OUTRO AMIGO TAMBÉM.

Participe das Comemorações do 29º Aniversário do 25 de Abril.
Sábado, a partir das 15:00, grande desfile/manifestação (do Marquês de Pombal ao Rossio).



NO PRINCÍPIO, A LIBERDADE

Hoje, Abril de 2003, defender a democracia portuguesa passa fundamentalmente por saber resistir a todas as tentativas para limitar os direitos económicos e sociais, e designadamente os direitos dos trabalhadores e das suas organizações.

1. Este número do "Acção Socialista" é dedicado à liberdade. Não podia deixar de ser. Todas as gerações de portugueses devem pensar bem no que significa comemorarmos, esta semana, 29 anos da Revolução dos Cravos, 29 anos de democracia. Todos: aqueles que viveram a maior parte da sua vida numa ditadura que lhes negou direitos fundamentais; aqueles que experimentaram o clima sufocante do Estado Novo, mas eram ainda jovens quando se deu o 25 de Abril e já viveram, portanto, a maior parte das suas vidas em democracia; aqueles, felizmente cada vez mais, que sempre respiraram o ar puro da liberdade.

Comemorar a revolução democrática não é um ritual, nem um exercício de nostalgia. Sobretudo para quem se revê na nossa esquerda, para a qual o socialismo é indissociável da democracia. O país que conhecemos hoje nada tem a ver com a sociedade fechada e parada e o regime caduco e isolado de antes do 25 de Abril. Hoje, somos senhores das nossas vidas privadas, escolhemos como e com quem queremos viver, como queremos constituir famílias, educar os filhos. Praticamos as religiões e as acreditamos, perfilhamos as ideias e as doutrinas que entendemos, e habituámo-nos a respeitar a pluralidade e a diversidade dos credos, das etnias, das gerações, das orientações morais, pessoais e cívicas, das correntes de opinião. Expressamos em total liberdade o pensamento. Somos nós que escolhemos e controlamos quem nos governa, no Estado, nas regiões autónomas e nas autarquias locais, e participamos directamente em múltiplas decisões sobre bens e objectivos públicos. Associamo-nos livremente, para representar e defender interesses sociais e profissionais, difundir ideias, influenciar o destino colectivo. A generalidade das profissões está aberta a homens e a mulheres.

Disposmos de serviços universais de saúde, educação, segurança e protecção social. O Estado de Direito está consolidado e a separação de poderes estritamente respeitada. Desenvolvemos os direitos civis e políticos, os direitos económicos, sociais e culturais. Entretanto, pusemo-nos em paz com as nossas antigas colónias, aderimos a todas as organizações relevantes do sistema das nações, redescobrimos e afirmamos a nossa identidade europeia. Melhorámos os níveis de bem-estar, escolarização e qualificação e modernizámos o essencial da nossa economia, da nossa cultura e do nosso regime político. Viver em democracia não é um privilégio: é uma necessidade íntima e um direito essencial, que soubemos conquistar e preservar.

2. Não é possível celebrar a democracia sem celebrar a liberdade. E então se pensarmos à esquerda a democracia, é impossível sequer nomeá-la sem ser do interior da liberdade.

Uma injustificada e inaceitável classificação sumária das posições políticas quer fazer crer que a diferença matricial entre direita e esquerda é que a direita tende a preferir a liberdade à igualdade e a esquerda tende a colocar o valor da igualdade antes do valor da liberdade. É falso, por três razões cumulativas.

É falso porque, quer no passado, quer na actualidade, a liberdade tem encontrado os seus mais convictos defensores no lado do centro-esquerda democrático e não do lado da direita conservadora, sempre pronta a condicionar e a limitar a liberdade, em nome dos interesses e da ordem estabelecida.

É falso porque a esquerda democrática formou-se e desenvolveu-se em ruptura e luta contra as concepções aparentemente igualitaristas daquela esquerda que pretendia como objectivo último da mudança social a fixação de uma

igualdade absoluta de condições. A esquerda democrática depressa denunciou a lógica despotista desta fixação, porque o conformismo do maior número em condições depauperadas de recursos e influência efectiva sempre foi a base da dominação das nomenclaturas tiránicas. É falso porque o que é típico da esquerda é ligar entre si os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade. Por isso se defende a igualdade de oportunidades, aquelas que põem em causa a coesão da sociedade e a cidadania de cada um dos seus membros - que impedem as pessoas de realizar os seus direitos. Por isso se defende a equidade e a justiça distributiva, como cuidado constante em reequilibrar, por decisão voluntária dos homens e das mulheres, os recursos e as oportunidades disponíveis.

Para nós, portanto, a democracia começa e acaba na liberdade.

3. OPS não costuma reclamar nenhum exclusivo do pensamento e da prática da liberdade. Claro que comemorar o Dia da Liberdade é também lembrar a contribuição fundamental dos socialistas para a defesa da democracia e da articulação necessária entre a democracia representativa e a sociedade de bem-estar, uma contribuição que se fez na luta firme, antes e depois do 25 de Abril, contra reduções de sinal contrário. Mas, uma vez estabelecida e consolidada, a democracia parlamentar pertence ao conjunto dos portugueses e nela cabem todos os partidos e demais forças sociais. Não temos, porém, ilusões sobre a natureza precária do regime democrático. É preciso sempre defendê-lo; e a melhor maneira de defender a democracia é

aprofundá-la e estendê-la tanto quanto possível aos vários domínios sociais. Ora, hoje, Abril de 2003, defender a democracia portuguesa passa fundamentalmente por saber resistir a todas as tentativas para limitar os direitos económicos e sociais, e designadamente os direitos dos trabalhadores e das suas organizações.

4. No princípio, a liberdade. Cito, com a devida vénia às Publicações Dom Quixote, que o incluem na página 819 da *Poesia Completa* (Lisboa, 2000) o poema "Liberdade", escrito por Miguel Torga em 28 de Agosto de 1975. Ele exprime bem a dimensão interior da liberdade, como afirmação de cada um de nós:



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

LIBERDADE

- Liberdade, que estais no céu...
Rezava o padre-nosso que sabia,
A pedir-te, humildemente,
O pão de cada dia.
Mas a tua bondade omnipotente
Nem me ouvia.

- Liberdade, que estais na terra...
E a minha voz crescia
De emoção.
Mas um silêncio triste sepultava
A fé que resumava
Da oração.

Até que um dia, corajosamente,
Olhei noutro sentido e pude, deslumbrado,
Saborear, enfim,
O pão da minha fome.
- Liberdade, que estais em mim,
Santificado seja o vosso nome.

ATÍPICO & MODERNO

ANTOONIO COLAÇO

- MAS O QUE É QUE NOS PODE DIZER, GEORGE, PERDÃO, JOSÉ MANUEL, SOBRE O AUMENTO DO DESEMPREGO?!

...

- E SOBRE AS EMPRESAS QUE, CADA VEZ MAIS, VÃO A FALÊNCIA?!

...

- E SOBRE A FALTA DE CONFIANÇA QUE AFECTOU O INCENTIVO AO INVESTIMENTO?!

...

- E SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA DOR, PERDÃO, DOS HOSPITAIS QUE, CADA VEZ MAIS, CORTAM EM TUDO O QUE É ANÁLISES, EXAMES, ETC. ?!

...

- E SOBRE AS SUSPEITAS DO CASO MODERNA E DA "ALMA A SANGRAR" DO DR. BRAGA GONÇALVES E...!

- PCHUI! ESPERO QUE O POVO PORTUGUÊS COMPREENDA QUE CADA VEZ MENOS PODEMOS ABRIR A BOCA PARA FALAR SOBRE AS CONDIÇÕES DO SEU DIFÍCIL QUOTIDIANO.

ESPERO QUE PERCEBAM QUE O NOSSO SILÊNCIO SE DEVE CADA VEZ MAIS A ESTE MALVADO VÍRUS

ATÍPICO - E MODERNO - QUE DESDE HÁ UM ANO NOS AFECTA.



COMEMORAÇÕES DOS 30 ANOS

COM OS JOVENS A PENSAR NO FUTURO

A participação de Ferro Rodrigues no encontro dos jovens socialistas em Olhão constituiu a primeira de uma série de iniciativas inseridas num vasto programa comemorativo dos 30 anos do PS que se estende até 25 de Abril do próximo ano. Para a próxima quarta-feira, Ferro Rodrigues tem já agendado um primeiro encontro, no bar Madres Goa, em Lisboa, com militantes com menos de 30 anos, enquanto no sábado, dia 26, realiza-se o habitual almoço de fundadores do PS, no Hotel Altis, com a presença do secretário-geral e do presidente do partido.

No discurso junto dos jovens socialistas, o secretário-geral do PS referiu que "começamos, hoje, a celebrar três vezes 30 anos. Os 30 anos do PS. Os 30 anos da democracia portuguesa e os próximos 30 anos da democracia e do PS", com "um programa ambicioso" de comemorações "abertas a todos os portugueses e não apenas

aos militantes".

Numa breve revisitação ao papel do PS nas últimas três décadas da nossa vida colectiva, Ferro Rodrigues frisou que "os portugueses sabem que, nos momentos decisivos, fizemos as escolhas certas. Com serenidade e apenas a pensar no futuro". E lembrou, a propósito, "o papel determinante" do nosso partido "nas transformações na sociedade portuguesa", balendo-se, "desde a primeira hora, pela liberdade, pela democratização, pelo fim da guerra em África e pelo desenvolvimento".

Afirmando-se "preocupado" com a qualidade da democracia, com a sua "degradação aos olhos dos portugueses", Ferro Rodrigues salientou que "isto é tanto mais grave quanto a desconfiança face ao sistema ocorre num momento em que os portugueses estão muito preocupados com a situação económica e muito pessimistas quanto à

evolução futura, nomeadamente com o aumento brutal do desemprego". Agora, frisou, "não se pense que o PS vai cavalgar esse descontentamento", uma vez que, sustentou, "é nosso dever ter uma preocupação activa com a degradação da democracia. É uma questão perante a qual, todos nós, envolvidos directamente na coisa pública, devemos mostrar particular apreensão".

Por sua vez, Jamila Madeira criticou o próximo aumento das propinas das universidades públicas, bem como o "lamentável timing" escolhido pelo ministro, as férias escolares do período da Páscoa, para anunciar mais esta medida contra os jovens, "convertidos nos bodes expiatórios deste Governo". Relativamente às celebrações dos 30 anos do PS, que vão decorrer sob o lema "Os partidos e o futuro da democracia", de destacar que tendo em vista a preservação da memória

como o nosso maior património, o PS vai editar uma fotobiografia, um álbum com a história das campanhas eleitorais através de cartazes e autocollantes, um CD-rom dos 30 anos, uma exposição na sede nacional sobre a história do PS, um dicionário biográfico dos dirigentes e ainda o lançamento de uma medalha e de uma serigrafia. Como partido aberto, na sede do PS estará patente uma exposição de arte pública, que pode ser livremente visitada, e serão organizados cafés-debate nas federações e concelhias. No âmbito de um dos eixos do programa, "Conhecer para melhor compreender", está prevista a publicação de um livro com artigos académicos sobre o PS, haverá um prémio para o melhor trabalho de investigação sobre o partido, vão ter lugar visitas guiadas à sede nacional e proceder-se-á a uma caracterização dos militantes.

Sob o tema "Um partido de futuro", o programa das comemorações inclui ainda a edição de um livro sobre "O PS e Portugal – os próximos 30 anos", que recolhe depoimentos de 30 personalidades nacionais, oriundas das mais variadas áreas, uma conferência internacional sobre o futuro da esquerda democrática e a apresentação das Ciber-seccções e Clubes de Política, novas estruturas criadas no quadro da revisão estatutária saída do último Congresso. Este painel de eventos com que o PS vai assinalar os seus 30 anos é o resultado de um trabalho exaustivo que tem vindo a ser realizado por uma comissão presidida por António Reis, um dos fundadores do partido, e que integra ainda os camaradas Pedro Adão e Silva, Vieira da Silva, Augusto Santos Silva, Jamila Madeira e Vilalino Canas.

J.C.C.B.

SOARES E FERRO MERGULHAM NA HISTÓRIA DO PS

A importância do PS na vida política portuguesa ficou bem expressa no destaque dado pela Comunicação Social aos 30 anos da fundação do nosso partido. Um dos momentos altos de 19 de Abril foi o frente-a-frente realizado na TSF entre o actual secretário-geral, Ferro Rodrigues, e fundador do partido, Mário Soares.

O encontro foi um verdadeiro mergulho nas origens da criação e implantação do partido na sociedade portuguesa, mas também uma digressão pela forma como Mário Soares e Ferro Rodrigues viveram esses tempos de agitação política, antes e depois do 25 de Abril. O actual secretário-geral começou por recordar a sua actividade política antes do 25 de Abril de 1974, ao lado de João Cravinho, Agostinho Roseta e Manuel Lopes. Mário Soares explicou que só quando a Resistência Republicana Socialista passou a Acção Socialista Portuguesa, em 1964, é que foram criadas as condições para a adesão à Internacional Socialista. "Entrámos na IS em 1972 e foi aí que conheci Felipe González, que ainda me foi apresentado como Isidorio", disse, acrescentando que nesse ano era já evidente a necessidade de criar o PS, que acabou por ser fundado em Bad Munsterheiffel, na Alemanha.

Ferro Rodrigues disse então que nessa altura tanto o regime de Caelano como a própria PIDE

já se encontravam em decadência. "Fui tomar um café à Pastelaria Cristal, em Lisboa, e ouvi que ia haver um movimento militar. Pensei que tudo seria descoberto", contou. "Como disse João Chagas - retorquiu Soares - a revolução é como uma mulher grávida. Só se pode esconder por algum tempo". Com a Revolução de Abril, Soares disse ter verificado rapidamente não ser possível a unidade com o PCP, porque Álvaro Cunhal "meleu na cabeça que seria possível repetir em Portugal a Revolução de Outubro de 1917, na Rússia".

Instado por Ferro Rodrigues a comentar a sua experiência como primeiro-ministro em 1976, depois de ter vencido as eleições legislativas, Mário Soares disse que não se sentia preparado para assumir essas funções, tendo defendido para esse cargo Saigado Zenha, que já tinha sido ministro da Finanças.

Sobre as suas duas experiências governativas, Soares afirmou que o PS foi sacrificado em relação ao país, porque considera "o Estado mais importante que o partido". "Mas o PS - disse - foi a força política mais estrutural da democracia portuguesa".

Quanto ao futuro próximo, Mário Soares deixa uma convicção: "Estou convencido que o PS vai ter maioria nas próximas eleições legislativas".

SECRETÁRIO-GERAL REUNIU-SE COM OS NOVOS LÍDERES FEDERATIVOS

Os novos líderes federativos reuniram-se pela primeira vez com o secretário-geral do PS num almoço de trabalho realizado a semana passada, em Lisboa. A grande participação dos socialistas no último sufrágio interno, revela "uma vontade de renovação" e demonstra "solidariedade" entre os militantes do Partido Socialista, afirmou Ferro Rodrigues à saída do encontro.

O secretário-geral congratulou-se também com a chegada de caras novas às chefias das federações e destacou a importância do próximo acto eleitoral, a nível concelhio.

"Espero que as próximas eleições concelhias - importantes para as eleições autárquicas - decorram também com grande abertura e participação", declarou.

Questionado sobre o agravamento do défice público no corrente ano, Ferro manifestou preocupação com o problema das finanças do Estado português.

"Só com manigâncias o Governo deixou o défice abaixo dos três por cento em 2002. Em 2003, só com novas manigâncias será possível evitar um derrapagem do défice", afirmou, assegurando conhecer "uma dessas novas manigâncias" em preparação - a passagem da Caixa dos CTT para a Caixa Geral de Aposentações - o que permitirá baixar o défice em "cerca de um por cento".

Governo prossegue lógica da ilegalidade

Quanto ao panorama internacional, o secretário-geral acusou o Executivo de direita de "continuar na lógica da ilegalidade" ao promover contactos com a administração Bush com vista a abrir negócios às empresas portuguesas no



processo de reconstrução do Iraque.

"É um mau sinal do Governo (português) patrocinar encontros sobre interesses económicos com alguém que na administração norte-americana se arroga no direito de definir o futuro do Iraque", considerou.

Essas reuniões, segundo Ferro, apenas demonstram que o Executivo "continua a estar numa lógica de ilegalidade".

Ferro Rodrigues reagiu desta forma à criação de um grupo de contacto (no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros) com a embaixada dos Estados Unidos em Portugal, para a abertura de oportunidades de negócios às empresas nacionais em território iraquiano.

Ferro começou por lembrar que a intervenção militar da coligação anglo-

americana naquele país árabe "foi justificada para eliminar armas de destruição maciça e para tornar o país democrático".

"Até agora, ainda ninguém encontrou armas de destruição maciça no Iraque", disse, antes de sublinhar que a democracia neste país impõe que sejam "os próprios iraquianos a decidirem o seu futuro e a conduzirem a sua economia". Já sobre o alargamento da União Europeia (UE) a dez novos Estados-membros, Ferro Rodrigues considerou que o processo representa "uma oportunidade" para Portugal, advertindo, contudo, que "as empresas nacionais não podem continuar a pedir protecção ao Estado, tendo antes de arriscar no mercado externo".

MARY RODRIGUES



MARQUES JÚNIOR AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

O PS É O PARTIDO QUE MELHOR FAZ A SÍNTESE DOS IDEAIS DE ABRIL

O deputado e "capitão de Abril" Marques Júnior não tem dúvidas em afirmar que o PS, com o qual sempre se identificou, é o partido que melhor faz a síntese dos ideais do 25 de Abril. Em entrevista ao "Acção Socialista", na passagem de mais um aniversário da Revolução dos Cravos e do PS, Marques Júnior revela alguns episódios curiosos da sua participação no MFA, destaca o papel decisivo do Grupo dos Nove na criação de condições para uma certa estabilidade da Revolução, considera que é preciso explicar melhor aos jovens o que representou o 25 de Abril e lembra que todos os dias são dias de reforçar a liberdade e a democracia.

Em suas palavras o que foi o 25 de Abril?

O 25 de Abril foi, fundamentalmente, o derrube da ditadura e a devolução da soberania ao povo português. A partir de determinada altura, face à guerra em África e face a 50 anos de ditadura, o derrube do regime tornou-se um imperativo de ordem moral que os jovens militares assumiram como tal.

Como foi feito?

O 25 de Abril teve como núcleo duro um grupo de militares jovens, oficiais do quadro permanente, com uma participação na guerra colonial, que tinham já muitos contactos com outros jovens universitários, enquanto militares e milicianos, possuidores de uma mentalidade mais aberta, nomeadamente às questões que se colocavam em termos da sociedade, que resolveram que era chegada a altura de as armas que estavam viradas contra o povo através de um regime ilegítimo colocá-las ao lado do povo, derrubando a ditadura.

A Revolução foi feita de armas na mão. Apesar de felizmente não ter havido derramamento de sangue e ter sido feita com flores, foi uma revolução que foi feita por militares tendo como adversários outros militares e várias estruturas do regime, tendo sido concebida e realizada no pressuposto de que iria haver violência, o que felizmente não veio a acontecer.

Como viveu a Revolução e que memórias guarda?

Um episódio curioso, entre muitos, da minha participação foi o meu casamento cinco dias antes do 25 de Abril, o que me permitiu, por causa da licença de casamento, andar de uma forma mais discreta pelas unidades a levar as últimas mensagens do movimento. Outro episódio curioso, até do ponto de vista histórico, passa-se na noite do dia 25 de Abril, na Pontinha, quando me coube cumprir uma das primeiras ordens do general Spínola que era substituir os capitães que tinham participado na Revolução por majores nos comandos. Assim, fui eu que entreguei as credenciais aos majores, cumprindo uma ordem do general que na prática significava desconfiança em relação aos jovens capitães do MFA.

O que é que o 25 de Abril trouxe de mais positivo?

O mais positivo é aquilo que se mantém ainda hoje que é o derrube da ditadura, a devolução da soberania ao povo



português, a liberdade e a democracia - elementos essenciais e estruturais - e que são fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico do País. Não nos podemos nunca esquecer que Portugal era antes do 25 de Abril um país subdesenvolvido, muito atrasado, e que é a liberdade e a democracia que permitem criar as condições para o desenvolvimento do País, apesar de haver ainda muitas assimetrias que é necessário corrigir.

Era este o País com que sonhava quando participou desde a primeira hora, tudo arriscando, no movimento dos capitães que deu origem ao 25 de Abril?

Nós imaginávamos desde a primeira hora,

devido ao nosso idealismo, que provavelmente os principais problemas com que o País se confrontava fossem mais fáceis de resolver. Ou seja, que aquelas que eram identificadas como as grandes dificuldades estruturais, uma vez derrubadas certas barreiras, podiam ter logo uma solução. É evidente que isto não é possível. Não é possível em Portugal como em nenhuma parte do mundo. Portanto, em relação àquilo que era o País ideal que eu imaginava estamos muito longe desse país ideal. Mas a verdade é que numa perspectiva mais racional o próprio 25 de Abril é algo que se deve cumprir permanentemente, porque todos os dias são dias de reforçar a democracia e a liberdade. E isto é responsabilidade de todos os democratas.

"Os jovens ao não conceberem sequer viverem num regime fora do quadro da democracia e da liberdade, estão a prestar a melhor homenagem que se pode fazer ao 25 de Abril"

Passados quase 30 anos da Revolução, os "capitães de Abril" terão tido o reconhecimento, nomeadamente do poder político, que lhes era devido?

Os capitães que fizeram o 25 de Abril não tiveram esse reconhecimento, mas também nunca esperaram essas benesses do poder. Nunca, em circunstância alguma, pensaram nisso quando se envolveram de alma e coração no movimento que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. Mas, outra coisa, é terem sido penalizados, nomeadamente nas suas carreiras, pelo poder político, o que na generalidade dos casos veio a acontecer.

Como acha que a juventude vê o 25 de Abril?

A juventude olha para o 25 de Abril como um facto histórico que está muito distante, portanto não vibra muito, como vibra a geração do 25 de Abril, por razões que se compreendem, uma vez que 29 anos é muito tempo, atendendo à aceleração da vida moderna. Mas os jovens ao não conceberem sequer viverem num regime fora do quadro da democracia e da liberdade, estão a prestar a melhor homenagem que se pode fazer ao 25 de Abril.

Mas acha que a juventude tem um conhecimento histórico do que foi e do que representa o 25 de Abril?

Não tem muito, há que reconhecer. Na minha opinião este facto é culpa dos pais, dos professores, de toda a gente. Eu acho, por isso, que é importante nas escolas explicar-se aos jovens o que foi o 25 de Abril e o que é que representou, não só por tratar-se de uma data crucial da nossa história contemporânea, mas também para que os mais novos tenham a plena consciência de que a democracia e a liberdade não são um bem que se consegue por obra e graça do divino Espírito Santo e que depois não é preciso fazer mais nada porque temos a liberdade e a democracia para sempre. É preciso que eles saibam que a liberdade já existiu, perdeu-se, reconquistou-se, e é possível voltar a perder-se se as pessoas não lutarem por ela. E ainda que por ela, nos tempos da ditadura, muitas pessoas arriscaram a vida.

O actual modelo de comemorações do 25 de Abril não estará esgotado, correndo o risco de a médio prazo se transformar numa espécie de comemorações do 5 de Outubro? Há efectivamente esse receio. Eu penso que todos os anos a Associação 25 de Abril que lidera as comemorações se



interroga sobre isso, nomeadamente no sentido de procurar trazer mais jovens a participar. As comemorações do 25 de Abril como acontece noutros países que comemoram as suas datas históricas têm uma componente de lembrança histórica, um momento solene, e depois há os festejos populares, aos quais se deve associar toda a gente. No entanto, é evidente que provavelmente têm de se encontrar outras fórmulas, ao nível dos festejos populares, que sejam mais apelativas, em especial para a juventude.

Que sugestões faria para revitalizar essas comemorações, tornando-as mais diversificadas e atractivas para a população, nomeadamente para a juventude?

Não me considero a pessoa mais indicada para fazer sugestões. Mas penso, no entanto, que talvez os festejos populares pudessem ter uma componente lúdica mais apelativa para os jovens. Claro que um programa de comemorações nunca dispensará os colóquios, os seminários, as exposições e outras iniciativas que recordam uma data muito importante da nossa história, mas depois no âmbito dos festejos populares podem-se encontrar outras fórmulas, e neste aspecto o marketing pode ter um papel importante na dinamização da participação da juventude.

Fez parte do chamado Grupo dos Nove surgido em pleno PREC. De que forma é que o documento elaborado por este grupo de milita-

res, designados na altura por moderados, teve um papel decisivo na defesa dos valores democráticos da Revolução contra as correntes mais radicais no seio do MFA?

Essa é uma história longa e complicada. No entanto, muito sinteticamente, creio que se poderá dizer que havendo ao nível do MFA e da sociedade em geral uma radicalização de posições, o Grupo dos Nove aparece como uma síntese feliz entre os vários radicalismos que se estavam a acentuar na vida política portuguesa. Destle modo, o Grupo dos Nove teve uma importância fulcral na criação de condições para uma certa estabilidade da Revolução portuguesa.

O que é que o levou a inscrever-se no PS?

A minha vida política depois do 25 de Abril é conhecida. Sempre votei e me identifiquei com o PS, tirando obviamente o período em que estive no PRD. O PS é o partido que, na minha opinião, com o seu pluralismo interno e as suas próprias contradições, correspondeu sempre no seu ideário aos princípios do MFA. Se eu tivesse de encontrar um partido que fizesse uma síntese daquilo que eram as próprias diferenças no seio do MFA, essa síntese seria sempre feita ao nível do PS. Portanto, para mim, o PS sempre foi um partido de referência da democracia portuguesa, com o qual sempre me identifiquei nas suas grandes linhas programáticas.

Como é do conhecimento público, a convite do então secretário-geral, Jorge

“A partir de determinada altura, face à guerra em África e face a 50 anos de ditadura, o derrube do regime tornou-se para os jovens militares um imperativo de ordem moral”

Sampaio, fui deputado do Grupo Parlamentar do PS durante oito anos na qualidade de independente, tendo depois decidido inscrever-me no PS como homenagem ao próprio partido, aproveitando um dia 25 de Abril para formalizar a minha entrada na família socialista, à qual, no fundo, sempre pertenci. Eu não concebia, retirando o PRD no qual estive na sua origem, estar noutro partido que não fosse o PS, onde sempre me senti muito bem. Aliás, devo sublinhar que mesmo quando estive no PRD, toda a gente sabe disso, travei grandes lutas ao defender sempre uma aliança entre o PRD e o PS, que achava ser fundamental na conjuntura que se vivia na altura.

J.C. CASTELOBRANCO



Ferro Rodrigues, a direcção nacional, bem como outros destacados militantes do PS vão participar na manifestação dos 29 anos do 25 de Abril, sábado, em Lisboa.

No Rossio, usarão da palavra o almirante Vítor Crespo, Teresa Vilaverde Cabral e Joana Bastos (em nome do jovens). No final, actuará Paulo de Carvalho, o intérprete de “E depois do adeus”, uma das senhas do 25 de Abril.



30 ANOS PARTIDO SOCIALISTA

Esta edição comemorativa dos 30 anos do Partido Socialista conta com os contributos de Alberto Anjos de Carvalho > Alberto Oliveira e Silva > António Arnaut > António José Seguro > Desidério Lucas do Ó > Dieter Dellinger > Eduardo Ferro Rodrigues > Jânila Madeira > João Gomes > José Apolinário > José Neves > Liberto Cruz > Luís Nunes da Ponte > Luís Roseira > Manuel Pedroso Marques > Margarida Marques > Maria Carolina Tito Moraes > Maria de Jesus Barroso > Mário Soares > Mário Sottomayor Cardia > Rodolfo Crespo > Roque Lino > Sérgio Sousa Pinto

O Partido Socialista está presente na página oficial da Internet do Partido Socialista.

Visite-nos

<http://www.ps.pt>

À VENDA

SOUSA FRANCO ACUSA

NEM NO SALAZARISMO O DÉFICE FOI OBJECTIVO PRIORITÁRIO

O ex-ministro das Finanças Sousa Franco arrasou a política económico-financeira do Governo, referindo que "nem no salazarismo a prioridade a redução do défice foi um objectivo central".

Ao intervir num jantar-debate promovido pelo Grupo Parlamentar do PS, o professor da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa explicou que a redução do défice público "foi apenas um instrumento para o salazarismo tomar o poder", mas nunca um objectivo central.

Sousa Franco disse ainda que "já caiu o pano" do actual Governo, descrevendo agora o País estar perante "uma situação, no mínimo, surrealista".

"Apesar da retórica, fomos ainda confrontados com a maior manobra de desorçamentação de que há memória, com a saída de 31 hospitais para o sector público empresarial", acusou.

Sousa Franco disse ainda que a "culpa" pela presente situação económica "não é da herança recebida pelos governos socialistas, mas derivada da escolha (pelo actual Executivo) de uma prioridade errada: a prioridade à redução do défice".

É que, sustentou, o "erro" de Manuela Ferreira Leite foi "tomar como objectivo algo que para os mais poderosos já não faz qualquer sentido". A barreira do défice dos três por cento, salientou, já não é meta para os governos da Alemanha e França, que no ano passado não cumpriram os valores estipulados, justificando-se com a necessidade de investimento nos seus países. "Este tipo de pactos (de estabilidade e crescimento) está morto", disse.

Para Sousa Franco, a solução para o desenvolvimento do País e convergência europeia está nos antipodas da preconizada pelo Executivo de direita, ou seja, passa pelo "investimento como forma de gerar capacidades que nos levarão à qualificação".

E, a propósito, lembrou que fora essa aposta na qualificação das pessoas que estava na origem dos investimentos do Governo de António Guterres em áreas como a educação, cultura e investigação.

Numa breve intervenção inicial, o líder parlamentar do PS, António Costa, declarou que Sousa Franco "ficará para a história" por ter colocado Portugal no euro em 1998.

EURO-2004

DEPUTADOS CONTESTAM USO DO TERMO «KINAS»

A utilização do termo "Kinas" para designar a mascote oficial do Euro-2004 esteve na origem de um requerimento apresentado na Mesa da Assembleia da República pelos deputados socialistas Luis Fagundes Duarte, Rosalina Martins, Cristina Granada, Edite Estrela, Isabel Pires de Lima, Manuela Melo e Augusto Santos Silva.

No documento, os parlamentares do PS questionam o Governo, "na sua qualidade de órgão de soberania nacional", se "entende que o uso da fórmula anómala 'Kinas', em substituição da palavra 'Quinas', não constitui um atentado à dignidade da língua portuguesa e dos símbolos nacionais". Os deputados do PS querem ainda que o Executivo esclareça se considera que "o uso da referida norma anómala, e a maneira como é apresentada, não contraria princípios e normas legais que visam promover a educação dos jovens, defender a língua portuguesa e divulgar no estrangeiro valores e produtos nacionais".

"Entende o Governo que algum cidadão ou empresário estrangeiro, só pelo facto de ver escrita a forma 'Kinas', liga de imediato o seu conteúdo a Portugal, e que o mesmo não aconteceria se a palavra tivesse a sua forma correcta, tradicional e portuguesa, 'Quinas'?", perguntam também os deputados da bancada socialista.

No caso de o Governo concordar com o uso da forma "Kinas", no contexto e com a finalidade com que ela está a ser usada, os autores do requerimento querem saber "em que argumentos – políticos, linguísticos, históricos, pedagógicos, desportivos ou económicos – o Executivo se baseia".

Por outro lado, se a resposta for negativa, os deputados do PS pretendem saber "que medidas tenciona o Governo tomar no sentido de evitar que se cometa mais um grave atropelo à dignidade da língua portuguesa e dos símbolos nacionais, como é o caso, por uma entidade oficial como é a UEFA".

J. C. C. B.

PS QUESTIONA GOVERNO SOBRE REDUÇÕES DE VAGAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS



O PS entregou na mesa da Assembleia da República um requerimento solicitando a ida do ministro da Ciência e do Ensino Superior, Pedro Lynce, à Comissão parlamentar para explicar e debater o facto do Governo estar a estudar a possibilidade de reduzir as vagas nas universidades do Porto, Lisboa e Coimbra, conforme declarou o próprio ministro numa palestra realizada nos Açores, porque essa seria a "medida necessária para salvar" os politécnicos e universidades do interior. O Partido Socialista sobre esta matéria, exprimiu publicamente a sua preocupação baseada em quatro pontos. O primeiro dos quais refere que o argumento do ministro é falacioso porque o que o Governo quer é reduzir o número de vagas em todo o ensino superior público, diminuindo assim o financiamento público ao ensino superior público. A preocupação do Governo é mais a vontade de reduzir a despesa pública com o ensino superior e menos qualquer preocupação de "proteger o interior". Em segundo lugar, o argumento é ainda mais falacioso

porque mesmo que a motivação do Executivo para reduzir as vagas nas universidades clássicas fosse proteger as escolas do interior, esse objectivo só poderia ser alcançado se o Governo reduzisse ao mesmo tempo as vagas do ensino superior privado do litoral. Há, aliás, estudos que demonstram que a segunda opção para os estudantes que não conseguiram entrar nos cursos das universidades clássicas é o mesmo curso da universidade privada situada na cidade da

residência do estudante e não o mesmo curso de uma escola pública geograficamente distante dessa residência. Portanto, na ausência de qualquer esclarecimento adicional do Governo, o significado político da vontade de reduzir as vagas nas universidades do Porto, Lisboa e Coimbra é proteger o ensino privado e não a protecção do ensino público do interior. Como terceiro ponto, o PS considera que mesmo que não houvesse nenhuma intenção escondida ou menos clara, o projecto do Governo seria "soviético, fora de prazo e inaceitavelmente penalizador de quem tem demonstrado capacidade de responder à procura de qualidade". Finalmente, para o PS a política correcta para o ensino superior público, esteja ele localizado no litoral ou no interior, é apostar na qualidade e na excelência. Foi, aliás, o que fez o Governo do PS ao criar a escola de medicina na Universidade da Beira Interior e vários outros pólos de excelência em áreas críticas para o País, tais como as escolas de enfermagem e tecnologias da saúde.

SEGURANÇA INTERNA

SOCIALISTAS PREOCUPADOS COM AUMENTO DA CRIMINALIDADE

O ano passado, em Portugal, a criminalidade aumentou globalmente 5 por cento. No que respeita aos crimes contra as pessoas isto equivale a dizer que todos os dias de 2002, em comparação com 2001, houve mais 50 cidadãos, a uma média de dois por hora, objecto de um crime.

Os dados constam do Relatório de Segurança Interna 2002 e apesar do "optimismo" incompreensível manifestado pela tutela do sector, o deputado Vitalino Canas alertou para factos que têm os socialistas "preocupados".

Na sua intervenção do período de antes da ordem do dia, na sessão parlamentar de dia 10, o deputado alertou para a urgência de se "averiguar se estão a ser tomadas medidas para contrariar este deslizamento para índices de insegurança nunca vistos no nosso país".

Para Vitalino Canas, "o Governo vai por caminhos errados" nesta área como em muitas outras.

"No plano do discurso, é manifesto que a gestão securitária e as profissões de fé no fortalecimento da autoridade, propaladas pelo PSD e pelo CDS/PP durante muitos anos, não tiveram qualquer expressão prática", denunciou o parlamentar socialista, apontando para um agravamento, em 2002, de 18,3 pontos percentuais nos crimes contra o Estado.

Também na prática "O Executivo não é levado a sério". Segundo o parlamentar

socialista, as forças de segurança têm manifestado o seu "justo" inconformismo face a todas as promessas goradas. O descrédito toca os limites do aceitável. É que "os partidos que estão hoje no Governo, enquanto na oposição, fizeram sempre das questões da segurança, uma arma de desgaste do anterior Governo".

Assim, considerou Canas, "esperava-se um investimento superior nessa área, por mais difícil que isso fosse".

"Mas o que aconteceu foi o inverso: as questões da segurança pública aparecem cada vez mais envoltas por um manto de confusão, de instabilidade, de inércia e de desinvestimento", rematou.

Todavia e apesar de todos os reparos, o deputado socialista considerou que "o mais recente sintoma de desacerto

no âmbito do Ministério da Administração Interna (MAI) ainda está em curso e ameaça ser altamente perniciosa".

A propósito da fusão do Serviço Nacional de Bombeiros e do Serviço Nacional de Protecção Civil, Vitalino Canas frisou que o processo não poderia ter corrido de pior forma.

Por outro lado, chamou a atenção para a gravidade desta situação, que é acentuada pelo facto de "a dois meses do início do período mais delicado dos incêndios florestais não está sequer lançado o processo de contratação dos meios aéreos indispensáveis".

Na opinião do deputado, esta "situação calamitosa", resulta de "uma deficiente visão estratégica" do Executivo nesta como noutras áreas que estão na dependência do MAI.

M.R.

OS NÚMEROS DA INSEGURANÇA EM 2002

Criminalidade global	+ 5 por cento
Crimes contra o Estado	+ 18,3 por cento
Condução de veículo	
com taxa alcoólica superior à legal	+ 9,3 por cento
Criminalidade violenta e grave	+ 6,6 por cento
Crimes contra o património:	
Furto/roubo por esticção	+ 10,9 por cento
Furto de veículo motorizado	+ 15,6 por cento
Furto em veículo motorizado	+ 14,4 por cento

ADOÇÃO

TRÊS QUESTÕES A MARIA DE BELÉM

Recentrar a matéria da Adopção nas crianças, procurar uma agilização do processo sem descuidar a segurança e qualificar a intervenção administrativa e social são os objectivos centrais do ante-projecto de lei socialista sobre a matéria apresentado, no passado dia 10, na Assembleia da República. O "Acção Socialista" falou com a deputada Maria de Belém a quem colocou três perguntas:

Quais os pontos fundamentais do ante-projecto socialista sobre a Lei da Adopção?

Em linhas gerais, o ante-projecto de Lei de Adopção do Partido Socialista, na sequência das melhorias que o Programa de Adopção 2000 já tinha permitido conseguir, visa aproximar o tempo de intervenção administrativa e judicial da adopção ao tempo das crianças.

Para esse efeito, as principais medidas previstas respeitam:

A qualificação, agilização e aceleração da intervenção administrativa e social



entre o momento de retirada da criança de perigo e o momento de encaminhamento para a adopção, através do seguinte:

a) Criação de uma base de dados de candidatos à adopção e de crianças a adoptar, eliminando a atomização da adopção por distrito;

b) Criação de modelos, padrões mínimos de qualidade e regulamentos dos procedimentos que os serviços de adopção têm de cumprir;

c) Obrigação do Governo de apresentar, anualmente à Assembleia da República um relatório sobre a situação das crianças em perigo.

Em segundo lugar, pretende-se valorizar o processo de adopção e eliminar a interferência entre os diversos tipos de processos judiciais. Assim, o processo de protecção e promoção poderá ser de imediato convertido em confiança judicial para adopção, eliminando a existência de dois processos sobre a mesma criança e enquanto correr o processo de adopção não correrá o processo de investigação de paternidade e maternidade.

Finalmente, visa-se criar uma lei e uma cultura judiciária mais favorável à adopção, através de:

a) Alteração dos requisitos legais de dispensa do consentimento dos pais biológicos permitindo a adopção:

- Quando os pais biológicos não tiverem com a criança os vínculos afectivos próprios da filiação;

- Quando os pais biológicos, por acção ou omissão revelarem desinteresse pelo filho nos três meses que precederem o pedido;

- Quando os pais biológicos revelarem manifesta incapacidade, designadamente por razões de saúde mental.

b) Os processos de adopção passam a correr nos fins de semana, férias judiciais e feriados e o Ministério Público e os requerentes podem requerer a aceleração do processo;

c) Facilitação ao candidato a adoptante o pedido de confiança judicial;

d) O consentimento prévio dos pais biológicos para adopção perante o juiz passa a ser irrevogável;

e) Os magistrados judiciais e do Ministério Público só serão colocados nos tribunais de Família e das Crianças com prévia formação especializada.

Porque é que, nesta matéria concreta, se pretende sujeitar o diploma a uma ampla discussão pública?

A discussão pública visa permitir colher sugestões de aperfeiçoamento numa matéria que tem tudo a lucrar com o cruzamento de vários saberes e competências.

E também uma oportunidade para sensibilizar a comunidade para o seu papel na construção de uma sociedade mais justa através da criação de oportunidades novas a crianças que não as tiveram.

Com a aprovação do decreto-lei do Governo sobre esta questão, qual a reacção do PS e o que vai suceder à nossa proposta?

Nestas matérias dos Direitos das Crianças há uma forte tradição de consensos alargados na Assembleia da República. O projecto do PS visa constituir um contributo sério e forte para a melhoria do sistema jurídico neste domínio. Não perde, pois, razão de ser, antes a reforça.

QUALIDADE DO AR NO INTERIOR DOS EDIFÍCIOS

ESTADO DEVE DAR GARANTIAS DE HABITABILIDADE

Vistorias periódicas e responsabilização clara pela manutenção de equipamentos e instalações especiais são as linhas de força da iniciativa socialista sobre controlo da Qualidade do Ar no Interior dos Edifícios, apresentada, no passado dia 10, na Assembleia da República.

O que era um bom projecto na área do ambiente, foi chumbado pela maioria parlamentar de direita, sem sugerir uma alternativa.

O PSD, que tinha deixado neste dossier a sua marca, em anterior passagem pelo Governo, tem agora uma política de terra queimada, fazendo cair tudo quanto venha da oposição, só por ser da oposição, sendo verdadeiramente escandaloso que se trave o passo a projectos com o mérito daquele que foi levado ao plenário parlamentar pelo GP/PS.

Renato Sampaio, a propósito desta matéria de relevante importância para a saúde pública, fez um apelo às bancadas com assento parlamentar no sentido de se conseguir um "amplo consenso" em prol da melhoria das condições de vida dos portugueses.

Referindo-se às evidentes preocupações que a problemática do chamado "síndrome dos edifícios doentes" têm provocado no panorama europeu, o deputado do PS considerou que o nosso país não pode estar ausente do debate, da investigação e, sobretudo, não deve furtar-se à procura de soluções para estancar e eliminar estes males.

Constatando que, ao fim de um ano de Governo, a maioria nada fez em relação à qualidade do ar interior, Renato Sampaio frisou, sem alarmismos, a



Saúde pública. Ao fim de um ano o Governo nada fez em relação ao controlo da qualidade do ar no interior dos edifícios

indispensabilidade de se criar um quadro legislativo e regulamentar a luta contra estas doenças.

"Hoje, já temos legislação com o objectivo de prevenir a salubridade dos edifícios, temos técnicos qualificados de nível superior, para exercerem actividades ligadas à qualidade do ar interior" lembrou, ressaltando porém que "é necessário ir mais longe e prevenir os riscos para a saúde, devidos à exposição directa e permanente de pessoas em locais fechados com o ar contaminado".

Para o deputado do PS, "não podemos continuar a ter instalações de ar climatizado ou de ventilação forçada, com deficiente distribuição dos seus caudais, nem devemos tolerar tomadas de ar do exterior mal localizadas que servem

apenas para intrusão de ar mais contaminado, e muito menos podemos permitir extracções que levem o ar poluído e contaminado a fracções vizinhas do mesmo ou de outros edifícios".

Neste contexto, Renato Sampaio referiu-se às vistorias e à fiscalização como "instrumentos fundamentais de combate à propagação de ambientes contaminados".

Assim, defende que, "as licenças de habitabilidade não poderão ser apenas acções de rotina para cumprimento de exigências burocráticas", deverão antes constituir "uma garantia real por parte do Estado, das boas condições para os utentes e residentes dos edifícios em causa".

MR.

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO ALTERADO

VIEIRA DA SILVA RECLAMA CIDADANIA PLENA SEM DISCRIMINAÇÕES

Depois de três debates parlamentares, um acórdão do Tribunal Constitucional (TC) e de dois vetos do Presidente da República "o Governo e a maioria deixam cair um dos símbolos da demagogia gratuita da direita no campo da política social": a discriminação dos jovens no novo quadro legal do Rendimento Social de Inserção.

O diploma foi aprovado no plenário parlamentar do passado dia 10, com a abstenção do PS.

Registando distinções injustas Vieira da Silva reafirmou o princípio socialista segundo o qual um mínimo de dignidade, de recursos e de rendimento "pode ser o um caminho para uma cidadania plena", mas sem distinções injustas.

Entendido o Rendimento Mínimo Garantido como "um passo histórico para o nosso modelo de protecção social" criado pelo primeiro Governo de António Guterres, Vieira da Silva considerou que agora "é preciso que todos o saibamos honrar", lamentando que o Executivo de Durão Barroso tenha demorado um ano a perceber que ia pelo caminho errado.

O que se percebe menos bem, continuou, "é a falta de frontalidade com que a maioria se apresenta perante esta Assembleia" e que, nas afirmações de alguns, "roça a desonestidade política".

"Custa a perceber a demagogia com que a maioria tenta esconder que vai fazer o que tinha a fazer: corrigir uma inconstitucionalidade grosseira", frisou Vieira da Silva, para de seguida apontar que no entender dos socialistas, respeitar o sentido do acórdão do TC implica corrigir duas normas da proposta de lei que, da mesma forma que o limite etário, vêm retirar cidadãos do direito a uma prestação essencial para uma existência condigna.

Assim, o deputado chamou a atenção para o caso dos parentes menores (por exemplo os sobrinhos), que vivendo em comunhão com o titular da prestação mínima nunca poderão ser titulares dos benefícios do RSI.

Trata-se de "uma discriminação que maioria devia ter corrigido", defendeu, apontando imediatamente para a situação daqueles que tendo perdido os seus rendimentos, vêm o Estado ficcionar um rendimento puramente virtual (a média dos últimos 12 meses) obrigando, eventualmente, um desempregado que esgotou o subsídio de desemprego, a esperar sete meses para que a comunidade o possa apoiar no acesso a uma existência mais condigna.

"Esta é outra teimosia que a maioria podia e devia ter, igualmente, deixado cair", frisou Vieira da Silva, para quem estas propostas de alteração evidenciam a disponibilidade socialista para fazer aprovar "uma lei bem melhor" para o futuro colectivo dos portugueses.

MR.

NA CAUDA DA EUROPA

Entre 1995 e 2001, com os Governos socialistas, Portugal cresceu acima da média europeia. Com este Governo de direita, Portugal cresce menos do que a média europeia.

A economia portuguesa está doente. É essa a conclusão a retirar da leitura do relatório da Primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ai se afirma que Portugal é o único país industrializado em recessão, o único a registar um crescimento negativo.

Em Janeiro passado, ao apresentar o Programa de Estabilidade, o Governo comprometeu-se com um crescimento de 1,3 por cento. Menos de três meses depois, esse valor é posto em causa. O FMI veio dizer que Portugal vai ter um crescimento negativo: - 0,3 por cento. As previsões do Governo falharam rotundamente. Infelizmente, as conclusões do FMI não são mais animadoras no que concerne à dívida pública, ao desemprego e ao défice público. A dívida pública passou a barreira dos 60 por cento. O desemprego pode chegar aos 6,8 por cento. O défice público pode atingir os 3,9 por cento, em 2003, e os 4,3 por cento em 2004.

As conclusões do relatório da Comissão Europeia (CE) corroboram no essencial o retrato traçado pelo FMI, embora não seja tão pessimista. Por exemplo, em relação ao défice público - que o Governo transformou em imperativo nacional - a CE aponta 3,5 por cento para 2003 e 3,2 por cento para 2004.

Basta ler os títulos dos jornais para se perceber o estado a que a economia portuguesa chegou: «Défice em risco de voltar a derrapar este ano e em 2004 - crescimento da economia portuguesa mantém o fraco ritmo de 2002» (*Pública*, 9.4.03), «FMI prevê recessão em Portugal este ano - Portugal terá o pior desempenho da União Europeia no triénio 2002-04» (*Pública*, 10.4.03), «De novo na cauda da Europa - Portugal lidera indicadores de pobreza da União Europeia» (*Diário Económico*, 11.4.03), «Salário mínimo é o mais baixo da Europa» (*Capital*, 15.4.03).

É este o resultado de um ano de Governo de direita. Diziam os jornais que os ilustrados governantes iam comemorar. Mas celebrar o quê? A subida dos impostos? A perda do poder de compra das famílias? O aumento do custo de vida de 3,9 por cento? A falta de investimento público? A redução de 11,5 por cento do investimento privado? A deslocalização de algumas empresas e a falência de outras? O aumento do desemprego? A venda ao desbarato do património nacional? A crise económica?

Será que o primeiro-ministro foi celebrar ter feito muitas promessas e estar a fazer o oposto do que prometeu? Os portugueses vivem hoje pior do que viviam no tempo dos governos do PS. Os números não enganam.

Entre 1995 e 2001, com os Governos socialistas, Portugal cresceu acima da média europeia. Com este Governo de direita, Portugal cresce menos do que a média europeia.

Com os Governos socialistas, a taxa de desemprego era das mais baixas da Europa. Com o PS, foram criados 337 mil novos postos de trabalho e constituídas 138 mil novas empresas. Com este Governo de direita, Portugal é o país da União Europeia onde o desemprego tem subido mais. Só num ano, registaram-se nos centros de emprego 100 mil novos desempregados. O que significa mais dramas familiares e mais problemas sociais.

Com os Governos socialistas, a Lei das Finanças Locais foi cumprida e duplicaram as verbas transferidas para as autarquias locais. Com este governo de direita, a lei das Finanças Locais não é cumprida e foram reduzidas drasticamente as transferências para as autarquias.

Com os Governos socialistas, aumentou-se o número de efectivos das forças de segurança e foram criadas as polícias municipais e os bombeiros foram sempre apoiados e respeitados. Com este Governo de direita, tanto as forças de segurança como os bombeiros, cuja estabilidade é fundamental para a segurança das pessoas, têm publicamente manifestado o seu descontentamento com as políticas do governo. Com os Governos socialistas, mais de um milhão de portugueses comprou casa. Mais de 310 mil famílias jovens beneficiaram do apoio do Estado na aquisição de habitação própria. Com este Governo de direita, a aquisição de habitação própria reduziu drasticamente e os jovens ficaram sem direito a juros bonificados.

Com os Governos socialistas, duplicaram os equipamentos de apoio a idosos e aumentaram as reformas. E com a introdução do princípio da diferenciação, deu-se mais a quem mais precisava e mais a quem mais descontou ao longo da vida. Com este Governo de direita, os que mais precisam são os que menos recebem.

Com os Governos socialistas, foram abertos ao público 716 km de auto-estradas, enquanto nos 10 anos anteriores apenas tinham sido abertos 630 km. Com este Governo de direita, foi reduzido o investimento público, foram introduzidas portagens na CREL e anulados os concursos de construção do IC16, do IC30 e de fecho da CRI L.

Com os Governos socialistas, multiplicou-se por quatro o investimento público na Ciência, valorizou-se o sector da Cultura, melhorou-se o parque escolar e criou-se uma verdadeira rede de ensino pré-escolar. Com este Governo de direita, o Orçamento da Ciência, da Cultura e da Educação sofreram cortes brutais.

Com os Governos socialistas, criou-se o Programa Polis, acabaram as lixeiras e as preocupações com o ordenamento do território e a qualidade do Ambiente estiveram sempre presentes. Com este Governo de direita, o Ambiente desapareceu da agenda política.

Foi este Governo de direita que lançou o país na depressão, transformou um problema orçamental numa grave crise económica, tirou aos portugueses a alegria e a confiança no futuro.

Este é o Governo que comete os erros e não assume as responsabilidades. Com este Governo de direita a culpa morre sempre sozinha. Primeiro, os «culpados» eram os Governos socialistas, depois a conjuntura internacional e agora a guerra. Mesmo com todos os bodes expiatórios que o governo vai inventando, os portugueses já perceberam que este não é o Governo de que Portugal precisa. E não há remodelação que o salve. A incompetência deste Governo de direita está à vista: em vez de nos ter mantido no pelotão da frente, colocou-nos de novo na cauda da Europa.



EDITE ESTRELA

Opinião

AUTARCAS SOCIALISTAS CONTRA ALTERAÇÕES AOS IMPOSTOS CAMARÁRIOS

A Associação Nacional de Autarcas Socialistas (ANA-PS) reagiu com "preocupação" ao anúncio do Governo sobre as alterações no imposto de sisa e na contribuição autárquica.

Mesquita Machado alertou para o risco de uma eventual redução nestes dois impostos vir a "constituir uma machadada" nas finanças camarárias, sublinhando que "como o Governo não tinha mais nada para anunciar no dia de aniversário, resolveu fazer um brilharete e atrair areia para os olhos das pessoas".

O presidente da ANA-PS acusou o Executivo de ter avançado para o anúncio das alterações dos impostos "que mexem com um bolso que não é o seu", sem ter previamente negociado com as câmaras, acrescentando ainda que "quem vai arcar com uma possível redução das receitas não é o Governo, mas sim os municípios".

Para Mesquita Machado, que está à frente do município de Braga onde as receitas da sisa e da contribuição autárquica rondam os vinte milhões de euros por ano, quase um quarto do orçamento camarário, o anúncio das alterações "é um acto de extrema irresponsabilidade" que na perspectiva dos autarcas "pode sair caro à economia do País".

Governo prejudica autarquias

Os presidentes de câmaras municipais socialistas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e do litoral alentejano acusaram o Governo de prejudicar as autarquias, considerando inaceitável a alteração dos impostos da sisa e da



Novos impostos. São os municípios e não o Governo quem vai suportar a redução da receita

contribuição autárquica.

Reunidos no dia 14 de Abril em Mértola com os presidentes das respectivas federações, os autarcas socialistas procederam à análise da política de descentralização levada a cabo pelo Executivo.

Em comunicado, os autarcas do PS acusam o Executivo de "mais uma vez prejudicar as autarquias locais, alterando as regras da sisa e da contribuição autárquica, sem estabelecer simultaneamente as devidas compensações aos municípios, aos quais cabem aquelas receitas".

Para os socialistas presentes no encontro, é "inaceitável" que a meio do ano económico, com planos e orçamentos aprovados e em desenvolvimento, sejam alteradas as regras e retiradas as receitas fundamentais para o cumprimento dos programas.

Os autarcas socialistas manifestaram também apreensão quanto aos critérios de celebração de contratos-programa do poder central com os municípios, lembrando "que muitas vezes servem de co-financiamento encapotado das autarquias do PSD".

O aprofundamento de uma estratégia planeada que "enquadre o desenvolvimento regional nos vários distritos" e defenda "os interesses do Alentejo" a par da implementação de um programa nacional de combate à desertificação correspondem as exigências saídas da reunião.

Os autarcas expressaram ainda a sua preocupação ao Governo acerca do funcionamento dos serviços do Quadro Comunitário de Apoio em vigor, exigindo "medidas urgentes" que garantam, "em tempo útil, as aprovações, homologações e pagamentos de projectos".

PS/BENELUX ELEGE NOVA COMISSÃO POLÍTICA

A Federação do PS/Benelux realizou no passado domingo, dia 13, o seu X Congresso, depois da eleição do camarada José de Matos, da Secção de Bruxelas, para presidente da estrutura, sucedendo assim a Paulo Pisco.

José de Matos apresentou a única lista concorrente aos órgãos da

Federação, tendo sido aprovada com dois votos contra e um nulo. No entanto, os elementos da Secção de Amsterdão abandonaram a sala do congresso antes da votação, como forma de protesto pela reduzida representação de apenas dois elementos que lhes foi destinada para a Comissão Política, que foi reduzida

de 21 para 15 membros.

Relativos ao anterior mandato, foram aprovados os relatórios de actividade da Federação, e os das comissões de Fiscalização Económica e de Jurisdição. Os trabalhos do Congresso contaram com a presença do único deputado eleito pelo círculo da emigração pelo PS, Carlos Luis.

CONGRESSO DA FAUL

O "Acção Socialista" reconhece toda a legitimidade no reparo feito pelo nosso camarada Fonseca Ferreira, de não termos referido a lista que apresentou para a Comissão Política. Com efeito, para a construção da referida notícia recolhemos toda a informação que foi possível de modo a tentar reflectir o mais fiel e imparcialmente possível o

resultado das eleições para as comissões políticas das federações. Fizemos, para isso, um grande esforço na tentativa de recolher informação, federação a federação, que pudesse exprimir os resultados eleitorais no seu todo.

Relativamente a Lisboa, não possuamos, de facto, toda a informação, e dado

que estávamos em hora de fecho de edição, não nos foi possível ir mais longe. Reconhecemos, por isso, o erro, pelo que pedimos desculpa ao camarada Fonseca Ferreira e aos seus apoiantes, que elegeram para a Comissão Política 13 elementos da sua lista, contra 58 da que foi apresentada pelo camarada Joaquim Raposo.

PORQUE É QUE O PS RECUSA A REDUÇÃO DO FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR

1. Há trabalho feito

Na década de 90, fizeram-se importantes esforços para aumentar e orientar a despesa pública portuguesa com o ensino superior, quer na vertente do funcionamento corrente, quer na vertente do investimento. Ainda durante o último Governo do prof. Cavaco Silva, foi acordado com as universidades e os politécnicos públicos que as transferências do Orçamento de Estado para o funcionamento corrente das instituições obedeceriam a uma fórmula de cálculo, estabelecendo-se um mecanismo claro e transparente de distribuição dos recursos públicos. Na definição desta fórmula, o elemento que mais pesa é o número de estudantes que frequentam os cursos de bacharelato ou licenciatura, havendo outros elementos adicionais, como a qualificação do corpo docente ou a actividade de investigação. No primeiro Governo do eng. António Guterres, foi aprovada na Assembleia da República (com o voto favorável do PS e a abstenção do PSD) uma Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior. Esta lei consagrou a propina única indexada ao salário mínimo nacional, dela resultando receitas suplementares para as escolas; reafirmou a responsabilidade do Estado na cobertura da parcela mais importante dos custos do ensino superior público: esclareceu o método de distribuição por fórmula; e previu as formas de contratualização para financiamento do investimento físico e de programas de qualidade (os contratos de desenvolvimento e os contratos de qualidade). Incluiu, ainda, um mecanismo de disciplinação da permanência dos alunos nas escolas (através do conceito de "estudante elegível") e a definição de um valor óptimo para o financiamento do funcionamento corrente (através do conceito de "orçamento padrão").

Ao mesmo tempo, os dois governos do PS conduziram uma política de expansão e desenvolvimento do ensino superior público, quer universitário, quer politécnico. Entre 1996 e 2001, as transferências do Estado cresceram significativamente, em termos reais, isto é, descontado o efeito da inflação. Aumentaram igualmente as vagas abertas para a frequência dos diversos cursos. E, se o orçamento-padrão não chegou a ser atingido, o volume de meios transferidos representou um claro esforço dos Ministérios da Educação e das Finanças e sempre foi cumprida, na afectação daqueles a cada universidade e cada politécnico, a fórmula de financiamento.

2. Entre 1995 e 2001, subimos ao patamar da OCDE

Este esforço não foi isolado, antes disse respeito a todo o sector da Educação, onde a meta foi definida, desde 1995, como um aumento dos meios financeiros públicos equivalente a mais 1 por cento do Produto Interno Bruto. E, de facto, de um valor próximo dos 5 por cento passou-se para um valor próximo dos 6 por cento. Considerando os orçamentos iniciais, de 1996 a 2002 houve um aumento real de 40 por cento (medido a preços constantes de 1995). Foi um esforço do País, como um todo, um esforço enorme, que permitiu que Portugal abandonasse a cauda da OCDE e se colocasse em linha com o que os Estados da OCDE gastam em educação. Foi um esforço de que beneficiou não só o ensino público como o ensino particular e cooperativo: para falar apenas no caso do ensino superior, foi pela primeira vez estendida a todos os estudantes carenciados do ensino particular e cooperativo a atribuição de bolsas de estudos, e as instituições deste subsistema puderam beneficiar de apoio público ao investimento físico e à formação avançada de docentes. Ficámos num patamar bem acima daquele que ocupávamos poucos anos atrás.

3. Esse esforço tem de ser preservado

Do ponto de vista do PS, a prioridade política deve ser, agora, preservar o resultado avançado, isto é, continuar no patamar a que lográmos subir. Isto quer dizer duas coisas. De um lado, que não julgamos possível, face à necessidade de equilibrar as contas públicas e cumprir os compromissos comunitários de redução do défice orçamental, aumentar mais uma vez significativamente a despesa pública com o ensino superior. Do outro, que seria incompreensível desperdiçar agora o esforço do passado recente e regressar ao nível de investimento nacional com o ensino superior: se baixássemos este nível, estaríamos a tornar inútil o trabalho anterior, estaríamos a deitar fora os progressos conseguidos, estaríamos a divergir dos nossos parceiros europeus numa área determinante para o desenvolvimento nacional.

Portanto, o PS não adopta posições maximalistas e denuncia o seu irrealismo: não é possível reivindicar sempre mais e apenas reivindicar, sem ter em atenção as dificuldades da situação económica e financeira. Mas o PS rejeita a menorização do ensino superior e não aceita que seja este domínio a ser sacrificado, tão decisivo que é para a cidadania, a qualificação e a competitividade.

4. Com o mesmo nível de financiamento, é possível melhorar

Aliás, uma análise minimamente cuidada da evolução recente e das tendências do futuro imediato mostra o bem fundado desta posição equilibrada e da proposta sensata de manter o nível actual de investimento público com o ensino superior.

É que, mantendo este nível e orientando com inteligência o desenvolvimento das instituições, é possível melhorar, como é necessário, a eficiência e a qualidade das nossas universidades e politécnicos. Primeiro, aproveitando bem o facto de haver já uma quebra de frequência por razões de ordem demográfica. Introduzindo outros elementos na fórmula de financiamento (mais atentos ao desempenho das escolas e mais abrangentes em relação às suas actividades de ensino e investigação), financiaríamos mais e melhor com o mesmo nível de recursos. Segundo, beneficiando

da concretização de programas de incremento da qualidade e da eficiência do ensino prestado nas escolas superiores: hoje, a taxa de insucesso e o tempo de conclusão de cursos são inaceitavelmente altos. Terceiro, tendo em conta que a plena aplicação do Processo de Bolonha levará ao redimensionamento e a alguma compactação dos cursos de formação inicial, permitindo também por aí poupança de recursos canalizáveis para a melhoria dos factores de eficiência.

5. Mas o actual Governo quer voltar atrás, penalizando o ensino superior

Continuar a investir no ensino superior corresponde ao sentido do Pacto de Estabilidade e Crescimento; promover a disciplina das finanças públicas sem sacrificar objectivos e eixos de desenvolvimento económico e social. Foi também este o sentido dos pontos da resolução da Assembleia da República do início de 2003, sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento, que foram aprovados por todo o arco parlamentar: não sacrificar o investimento público, não sacrificar a acessibilidade e a qualidade dos serviços públicos.

Infelizmente, não é este o sentido do Programa que o Governo actual aprovou e apresentou em Bruxelas. Ele explicita claramente que um dos pressupostos da redução do défice orçamental é "o crescimento nominal nulo das transferências do Estado para o ensino superior", compensado com "o aumento das suas receitas próprias".

Há, aqui, um duplo erro. "Crescimento nominal nulo", isto é, os mesmos valores do Orçamento inicial de 2003 (que foi o segundo mais penalizado nos cortes entre todos os ministérios) em 2004, 2005 e 2006, significa uma quebra real. Mesmo que acreditássemos nas estimativas oficiais para o aumento da inflação, representaria um corte acima dos 10 por cento. Quer dizer, equivaleria a deitar fora os progressos recentes e submeter as instituições públicas do ensino superior a um garrote financeiro. Aliás, basta olhar para as medidas que o Ministério anuncia para a redução de 3500 vagas em 2003-2004, até nas universidades que preenchem hoje a totalidade das vagas que oferecem, para perceber onde nos levará que política de desinvestimento. Da outra banda, prever que as instituições compensarão a quebra nas verbas oriundas do Orçamento de Estado com o aumento das receitas próprias, é envenenar a discussão sobre o valor das propinas no ensino público. Porque é essa, evidentemente, a variável principal. Pela primeira vez, um Governo quer forçar o aumento para mais do dobro do valor actual das propinas (até, diz-se, um lecto de 770 euros/ano), não para as instituições ganharem mais recursos, mas para diminuir as perdas resultantes do desinvestimento do Estado. É uma atitude muito grave.

6. Não ao aumento das propinas apenas como compensação para o desinvestimento público

O PS não tem uma posição fechada sobre o valor das propinas (de pré e pós-graduação) no ensino público. Foi, para nós, muito importante ter rompido, em 1997, com a ilusão da total gratuidade, impondo o pagamento de uma propina como sinal de co-responsabilização mínima dos estudantes e das famílias na obtenção de um bem de que também retiram benefícios privados. Foi, também, muito importante ter estabelecido um valor baixo e um mecanismo de definição claro e controlável, exprimindo não só a consciência de que as famílias suportam já o essencial dos custos globais de educação dos seus filhos (dos materiais de estudo às deslocações, sendo o caso), como ainda a convicção política de que o ensino superior é também um bem público e um factor crucial de desenvolvimento, importando induzir e não obstaculizar a sua frequência.

Mas alguns dos desequilíbrios que persistem, por exemplo entre os custos das licenciaturas e os custos dos mestrados e doutoramentos ou entre os custos do ensino público e os do ensino particular, podem ser corrigidos se criarmos e mobilizarmos algumas folgas financeiras. Por outro lado, os métodos de combinação entre propinas mais próximas dos custos reais e empréstimos para todos os interessados merecem ponderação cuidada. Aliás, o Governo deveria promover o estudo independente de tais métodos, antes de tomar qualquer decisão, em vez de descartar liminarmente, pela declaração do ministro ao "Expresso" de 18 de Abril, a figura do empréstimo no primeiro ciclo de formação.

O que já é inaceitável é que as propinas surjam como contrapartida da retracção do investimento do Estado. Porque, para compensar essa retracção, o seu aumento terá de ser brutal. Porque, para compensá-la, as receitas assim obtidas em nada constituirão benefício próprio das instituições. Porque, para compensá-la, criarão dificuldades adicionais à frequência do ensino superior, logo numa conjuntura em que precisamos de estimular uma frequência que já está, por ela, a diminuir.

7. A posição do PS: equilibrada, mas firme na defesa do ensino superior

É por todas estas razões que o PS, que não defende nenhuma situação de privilégio para o ensino superior, comparativamente com outros sectores da sociedade portuguesa, e portanto não reclama saltos impossíveis no nível de financiamento, também não pactua nem pactuará com a penalização injusta do ensino superior, e designadamente com o recuo na responsabilidade do Estado. Porque esse recuo significaria uma regressão histórica: estrangularia o desenvolvimento do ensino; distorceria e envenenaria os debates necessários sobre as condições e os horizontes de evolução do ensino superior e da investigação científica.

AUGUSTO SANTOS SILVA

COORDENADOR DO GRUPO
PARLAMENTAR DO PS PARA O
ENSINO SUPERIOR

COMÍCIO DE FAFE

FERRO RECUSA TROPAS NO IRAQUE SEM AVAL DA ONU

O PS só aceitará o envio de tropas portuguesas para o Iraque desde que o processo seja legitimado pela comunidade internacional e pelas Nações Unidas. O aviso ao Governo foi deixado por Ferro Rodrigues em Fafe, num comício, realizado sob o lema "Pela paz e pelo emprego", que marcou o arranque das comemorações dos 30 anos do partido. O líder dos socialistas desafiou ainda o Governo a apresentar um "novo Orçamento", já que o actual está "totalmente descredibilizado", com receitas fiscais "ultrapassadas e falseadas".

"Que o dr. Durão Barroso não venha com pezinhos de lá preparar o envio de tropas portuguesas", advertiu o líder dos socialistas, salientando que o envio dos nossos militares para acções humanitárias ou de manutenção só terá o acordo do PS se essa for uma decisão no âmbito da ONU e nunca "ao serviço dos interesses da coligação anglo-

americana".

Ferro Rodrigues aproveitou ainda para zurrir nos "atiradores de esfereográfica" e nos "comentadores" que não se cansam de subscrever a política do Governo nesta matéria.

Na sua intervenção, frequentemente interrompida pelos aplausos dos presentes no pavilhão Nun'Álvares,



Crise. A economia portuguesa é a que tem mais problemas na UE e em toda a OCDE

Ferro Rodrigues teve ainda duras críticas à política económico-financeira do Governo, lamentando que a economia portuguesa seja a que apresenta "mais problemas na União Europeia e em toda a OCDE".

"Ninguém parece acreditar no futuro", salientou o secretário-geral do PS, referindo que "todos os dias há centenas de novos desempregados, mas o Governo nada faz para combater esse aumento". Por isso, exigiu "mais investimento público", para que haja "mais emprego e menos despesas sociais em subsídios". Ferro Rodrigues desafiou ainda o Governo a apresentar um "novo Orçamento" para o corrente ano, considerando que o actual está "totalmente

descredibilizado", porque prevê receitas fiscais que estão "ultrapassadas e falseadas". Como falsas foram as promessas do PSD que na última campanha eleitoral mentiu aos portugueses, desde logo no choque fiscal que resultou num aumento de impostos, como salientou Elisa Ferreira. No comício, onde discursaram os dirigentes socialistas Ana Gomes, Elisa Ferreira, Joaquim Barreto e o presidente da Câmara Municipal de Fafe, José Ribeiro, o secretário-geral realçou que o PS concorrerá sozinho às eleições europeias de 2004, considerando que seria um "escândalo" a direita apresentar-se coligada.

Por sua vez, Ana Gomes centrou a sua

intervenção na Guerra do Iraque, classificando a "libertação" daquele país como uma "guerra ilegal, ilegítima, contra o povo do Iraque, contra a ONU e contra o direito internacional". Salientando que o Iraque é um país "ocupado por duas potências estrangeiras que têm responsabilidades pela lei e pela ordem, e pela vida dos cidadãos", a secretária nacional do PS para as Relações Internacionais acusou o primeiro-ministro de "atirar o barro contra a parede", a fim de preparar caminho para a disponibilização de soldados portugueses e criticou o "envio de um assessor a Washington para ver o que lhe caberá nas miguinhas dos vergonhosos contratos para a reconstrução".

CASO MODERNA

PORTAS DEVE DEMITIR-SE A BEM DO REGIME

"A bem do regime, da democracia e da credibilidade do Governo a demissão de Paulo Portas era necessária". Esta a posição realçada pelo secretário-geral do PS a propósito dos últimos desenvolvimentos do caso Moderna.

Esta declaração foi expressa à margem dos trabalhos do plenário da Assembleia da República e surgiu no passado dia 9, data em que foi conhecida uma carta aberta de José Braga da Cruz, o principal arguido do escândalo que envolve a referida universidade.

Ferro Rodrigues escusou-se a comentar o desenrolar do processo em tribunal, contudo questionou se "não teria sido melhor para a credibilidade do Executivo resolver a questão mais cedo em vez de mais tarde".

Pela voz da sua secretária nacional para as Relações Internacionais, Ana Gomes, o PS condenou "indignadamente a execução, no passado dia 11, pelo regime de Fidel Castro, de três pessoas sumariamente condenadas pelo sequestro de uma embarcação", no âmbito de uma vaga repressiva que levou ainda à detenção de largas dezenas de dissidentes.

Numa declaração do Secretariado Nacional sobre os direitos humanos em Cuba, lida por Ana Gomes, o PS considera que "nada justifica esta actuação criminoso do Governo de Havana, que confirma o drástico agravamento do desrespeito pelos direitos humanos e da repressão política em Cuba - como já ressaltava da prisão de 80 dirigentes de organizações cívicas, muitos deles jornalistas, contra a qual o PS apresentou oportunamente na AR um voto de protesto".

O PS "exige ao Governo cubano a



imediate libertação destes activistas e instar o Governo português e as instâncias europeias a também fazerem ouvir em Havana esta exigência", considerando que "estas acções repressivas das autoridades cubanas reflectem o grau de alienação política e de acentuada decadência a que chegou a ditadura castrista".

Importa, por isso, mais do que nunca, segundo sublinhou Ana Gomes, "manifestar ao admirável povo cubano solidariedade activa para o incentivar a tomar em mãos o destino colectivo".

Neste sentido, "o PS recomenda que o

Governo português e a UE procurem formas de ajudar o povo cubano a preparar alternativas de governação democrática, explorando o potencial oferecido pela interacção económica, comercial, turística, cultural e até pela manutenção do diálogo político a todos os níveis, a par de sanções selectivas que tenham por alvo os principais responsáveis do regime, por exemplo congelando-lhes eventuais contas bancárias e restringindo-lhes a circulação na Europa", referiu Ana Gomes.

O PS espera ainda "que não se enverede pela receita fácil, mas contraproducente, de decretar sanções económicas genéricas a Cuba. Décadas de embargo norte-americano aí estão para demonstrar a capacidade do regime de Fidel Castro de recuperar o embargo em proveito da sua propaganda e da sua perpetuação no poder, tanto sacrificando o povo cubano".

Ferro subscreve abaixo-assinado mundial

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, conta-se entre as inúmeras personalidades dos mundos da política e da cultura nacionais e estrangeiras que subscrevem um abaixo-assinado internacional, exigindo ao regime totalitário cubano a libertação imediata de todos os

dissidentes presos na sequência de uma vaga repressiva levada a cabo recentemente naquele país.

O documento insurge-se contra as recentes detenções de dissidentes - entre os quais mais de 25 jornalistas - e condenações, nalguns casos a mais de 20 anos de prisão, por delito de opinião, o que, para alguns destes cidadãos, e atendendo à sua idade, corresponde na prática a prisão perpétua.

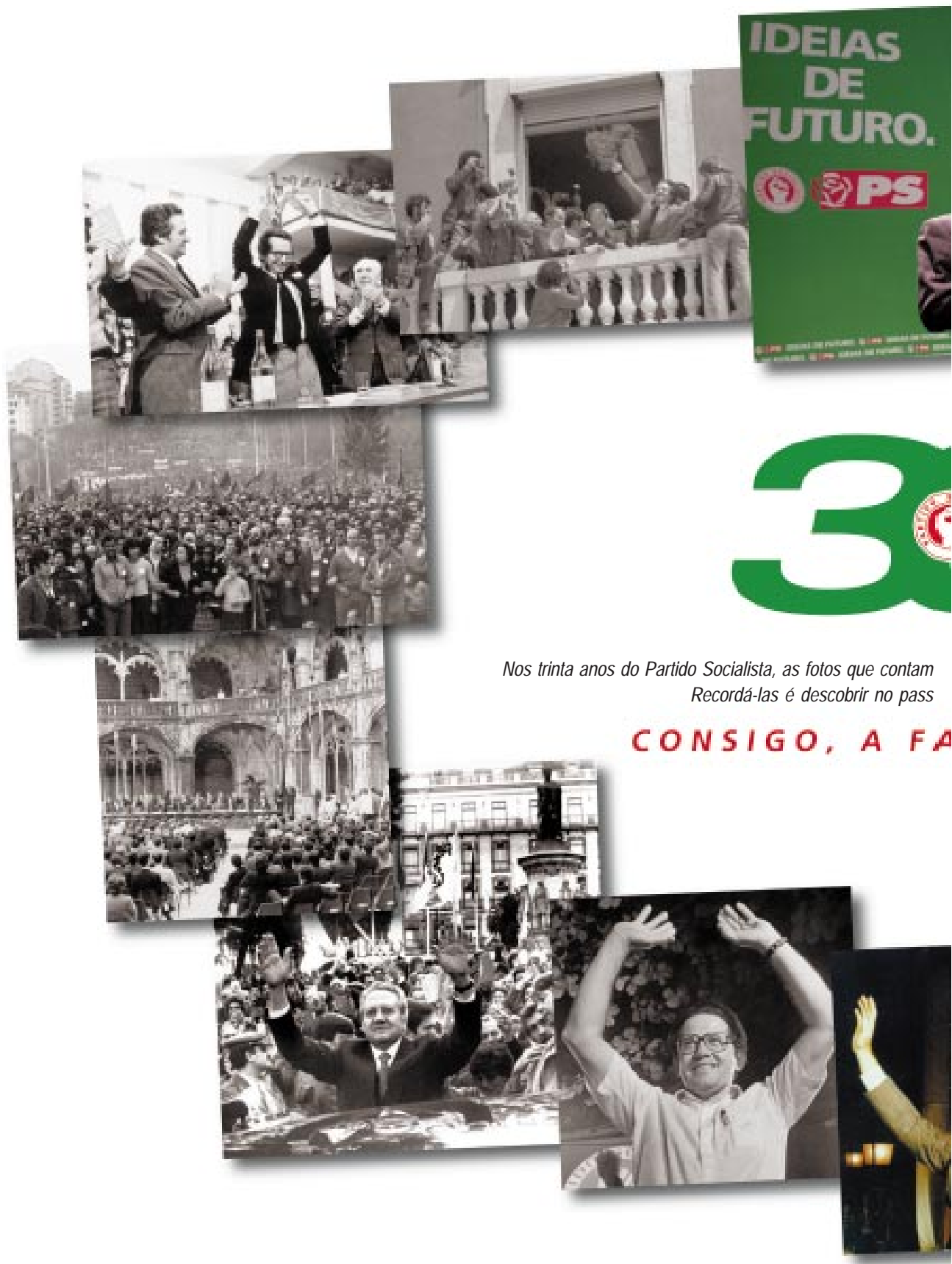
Lidia Jorge, Pedro Tamen, Mário Cláudio, Fernando Pinto do Amaral, Alice Vieira e Casimiro de Brilo são alguns dos nomes da cultura portuguesa que deram o seu nome a este abaixo-assinado, lançado pela Associação Encuentro de la Cultura Cubana, com sede em Madrid, e que contou também com o apoio de cerca de 40 jornalistas, tanto portugueses como da imprensa estrangeira no nosso país.

Outras adesões recolhidas a nível internacional incluem o escritor moçambicano Mia Couto, além de nomes como Gunter Grass, Mário Vagas Llosa, Antonio Tabucchi, Jorge Edwards e Pedro Almodovar.

Os subscretores, que se apresentam como "intelectuais e políticos do mundo democrático", exigem ao Governo cubano a libertação imediata de todos os dissidentes e instam o regime de Fidel Castro a cessar a repressão contra a oposição pacífica.

J. C. C. B.

PS CONTRA VAGA REPRESSIVA EM CUBA



IDEIAS DE FUTURO.



30

*Nos trinta anos do Partido Socialista, as fotos que contam
Recordá-las é descobrir no pass*

CONSIGO, A FA



*a história da liberdade e da democracia no nosso país.
ado um novo olhar para o futuro.*

FAZER O FUTURO.



ANA BENAVENTE ALERTA

REFORMA CURRICULAR É ARMADILHA PARA ALUNOS E ESCOLAS

A reforma curricular do secundário tem a nossa matriz, aliás "nem era possível que no espaço de um ano o Ministério elaborasse uma reforma tão profunda que nos levou vários anos a preparar com reuniões, seminários, colóquios", declarou Ana Benavente ao "Acção Socialista". Todavia, sublinhou, há alterações feitas à matriz e essas "são todas para pior" pois ao romperem o equilíbrio põem em causa a consistência da proposta, e podem revelar-se uma armadilha, nomeadamente na flexibilidade curricular.

Do lado positivo, a deputada socialista aponta a manutenção das aulas de 90 minutos, o aumento do número de cursos tecnológicos e a existência uma área de projecto que aparece no 12º ano, bem como a permeabilidade entre cursos.

Mas, as "distorções" verificam-se, desde logo, na área de projecto. Estava prevista que esta fosse para os três anos do secundário, sendo que as novas tecnologias seriam aí trabalhadas com os conteúdos das disciplinas, mas em vez disso aparece agora uma disciplina de TIC sem conteúdo. "As TIC são uma ferramenta ao serviço dos saberes e devem estar articuladas às disciplinas", justifica Ana Benavente.

Ainda relativamente às TIC, diz que não se conhecem propostas de formação consequente de professores. "As novas tecnologias têm na lei um certificado de competências básicas no 9º ano, e portanto, assim como nós quando chegámos em 95 ao Governo asseguramos a continuidade que resultava da reforma do eng. Roberto Carneiro, é lamentável que o PSD tenha



feito da suspensão da revisão curricular uma bandeira eleitoral para três anos depois avançar com uma reforma muito pior e sem fundamentação pedagógica" acusa.

A menorização da educação física e a "flexibilidade" do currículo dos alunos são outros aspectos que relevam do ponto de vista negativo, porque – afirma a secretária nacional – "se a ideia agrada, pode traduzir-se numa fragilidade de formação científica dos alunos e em muitos problemas futuros, porque é proposta uma lista de disciplinas de opção que não são todas de igual grau de dificuldade nem de igual pertinência para a formação dos jovens e, por exemplo, quem queira ir para medicina e que em vez de biologia escolha uma disciplina de humanidades, quando chegar ao 12º ano não vai poder candidatar-se a medicina", o que, por outro lado, significa também a hipotecação de saídas profissionais.

Além de que, esclarece a ex-secretária de Estado, essa flexibilidade só possível em escolas grandes dos meios urbanos porque nas outras escolas a liberdade vai ser muito restringida por causa da oferta.

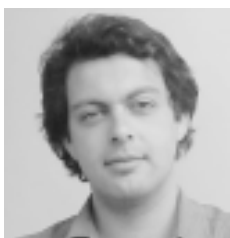
O facto de nada se saber em relação aos cursos profissionais e artísticos, leva Ana Benavente a afirmar: "Temos uma reforma curricular avulsa, a retalho, aos bocados porque o ensino secundário tem que ter uma diversidade de vias mas coerentes".

Outro aspecto de que discorda é a diminuição do número de cursos tecnológicos que as escolas podem oferecer. Recorda Ana Benavente que a lista de cursos da nossa proposta era um "menu" do qual as escolas escolheriam em função dos seus públicos, território e recursos adequados. Agora o tal "menu" ficou "muito mais pobre, fragilizando-se assim a via tecnológica que levou uma machadada".

Sobre a redução do número de exames, já estava previsto. "Negativo é a entrada em vigor no próximo ano lectivo de 17 programas que foram elaborados para o novo desenho curricular, não havendo correspondência de tempo nem de lógica curricular. Temo que esta reforma venha causar muitas perturbações nas escolas e o PSD que sempre se mostrou tão avesso à inovação - veja-se a extinção do Instituto de Inovação Educacional - vem agora fazer experiências com aquilo a que chama flexibilidade curricular que se arrisca a ser uma armadilha perigosa para os alunos e para as escolas" conclui.

O País relativo

O PRIMEIRO DOS PRÓXIMOS 30 ANOS



MIGUEL CABRITA

Por uma coincidência feliz, mas plena de significado, o PS comemora o seu 30º aniversário numa altura em que está em cima da mesa uma nova lei dos partidos, cuja oportunidade e relevância há quem questione. Nada de mais errado.

Desde logo, por razões substantivas. Alterações legislativas que fomentem maior abertura no funcionamento, mais transparência no financiamento, mais e melhor democracia interna, serão sempre mais do que bem vindas. Serão, na verdade, fundamentais porque os partidos políticos têm o quase monopólio

da representação eleitoral – o que significa que é por eles, pelo seu enquadramento e pelas suas figuras que passa boa parte da qualidade, da legitimação e da imagem da democracia.

Por isso, e pelo sinal de mudança que é transmitido à opinião pública, a perspectiva de mudança no enquadramento legal dos partidos políticos é um passo de enorme importância. Entendamo-nos: esta é uma reforma necessária e se uma lei, seja ela qual for, não é nunca a condição suficiente de uma reforma, é no entanto, muitas vezes, condição necessária para fomentar a mudança nas práticas que essa lei pretende regular.

É este, claramente, o caso. Por isso, os discursos segundo os quais as alterações legislativas sobre aspectos diversos da vida dos partidos são meros tiros na água redundam, inocentemente ou não, num imobilismo que não traz nada de novo, nem de bom, ao sistema político. Pelo contrário, pena será que não se ande mais rápido noutras frentes de batalha das reformas do sistema político e que não se discutam abertamente alguns pontos sensíveis como a remuneração dos cargos políticos.

Evidentemente, porém, aquilo que a médio prazo importa é o que de facto vai mudar. E o que de facto muda não é responsabilidade do legislador, é responsabilidade de todos: dos partidos, dos seus dirigentes e de cada um dos militantes. O empenhamento na mudança e a criação de condições para que esta possa acontecer é a variável decisiva para o aprofundamento da qualidade e da credibilidade da democracia.

A este respeito, pode-se dizer sem reservas que o PS lidera claramente: nos passos concretos para a inovação que tem levado a cabo, na determinação com que os tem tomado e na prioridade que lhes atribui. E lidera independentemente de qualquer lei que a AR venha a aprovar, enquanto à direita se multiplicam os sinais de pouca ou nenhuma preocupação com a qualidade da democracia e com os parâmetros éticos que a devem sustentar.

Pelo contrário, o PS está a provar todos os dias aos portugueses que está empenhado na mudança, renovando de forma muito significativa, mais do que meros rostos, a vida interna que alimenta a capacidade de fazer política, sobretudo para fora do partido, e a capacidade de abertura que o PS mantém face aos cidadãos e a outros movimentos da sociedade civil. Os clubes de política que se começam a formar, uma possibilidade aberta pelos estatutos aprovados no último Congresso, são um excelente exemplo da renovação que está em curso. É um exemplo que, como outros, já está a dar frutos.

Aliás, a determinação em manter uma relação aberta, franca e produtiva com outros sectores da sociedade portuguesa conheceu recentemente mais um exemplo: a participação activa no Fórum Social Português, em que o PS se junta a várias centenas de organizações e associações empenhadas na promoção de instâncias de reflexão e de plataformas de diálogo em torno dos grandes desafios da sociedade portuguesa, num espírito de grande pluralidade. É fundamental que o potencial desta experiência seja plenamente aproveitado, para que o PS não fique à margem de um dos mais relevantes movimentos sociais dos últimos anos, e para que este não se esgote em radicalismos inconsequentes.

Esta abertura só pode trazer resultados positivos, seja pelos ganhos políticos que certamente produz, seja pelo sinal de inovação e de mudança que transmite. São os primeiros passos dos próximos 30 anos.

Debate

As Mulheres na Política

29 de Abril, 21.30h

Com a participação das candidatas à presidência da Direcção Nacional das Mulheres Socialistas

Carolina Tito de Morais • Celeste Correia
Maria José Matos • Sónia Fertuzinhos

Moderadora Inês Drummond

Secção Benfica e S. Domingos de Benfica
Rua José Batista Sousa, 13/A - 1500 Lisboa
www.psbefica.sitpac.pt • psbefica@mail.sitpac.pt

Partido Socialista

CARLOS LAGE

GRUPO SOCIALISTA INDIGNADO COM REPRESSÃO EM CUBA

"O Grupo Socialista protesta com indignação contra a monstruosa vaga de repressões que se abateu sobre quem ousa divergir, discordar, pensar diferente e criar livremente em Cuba", afirmou no plenário de Estrasburgo o eurodeputado Carlos Lage, presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, na discussão de uma resolução aprovada por larga maioria sobre os direitos humanos na ilha.

Com uma intervenção veemente e fazendo coro com os protestos que por todo o lado se registaram contra as recentes condenações à morte em Cuba, Carlos Lage defendeu mesmo "a reunião de esforços para isolar politicamente Cuba". Na sua opinião, não se trata de isolar economicamente, pois o bloqueio económico dos Estados Unidos à ilha de Fidel "tem sido o melhor pretexto para a ditadura cubana". Trata-se, sim, de "isolar moral e politicamente" e apoiar o dissidente socialista Elizardo Sanchez, que passou oito anos nos cárceres de Fidel e dirige a Comissão dos Direitos do Homem e da Reconciliação Nacional cubana.

O eurodeputado condenou a atitude "totalitária de tipo orwelliano" do ditador cubano, que mandou prender e reprimir com brutalidade intelectuais, jornalistas, dissidentes, políticos, membros do projecto Varela, lançando mão de preletos e dos meios habituais de qualquer ditadura ordinária: espionagem dos cidadãos, prisões arbitrárias, farsas judiciais e condenações absurdas. "Não há boas e más ditaduras. Elas são todas intrinsecamente más. Não vale a pena graduá-las numa escala de maldade e dando benevolência à ditadura de Fidel Castro. Não faz sentido a esquerda ter na ditadura de Fidel Castro uma espécie de ditadura de estimação".

"Faço votos - disse a concluir - que a democracia triunfe em Cuba e que esse admirável povo recupere a liberdade de reunião, de associação, de manifestação, a liberdade de palavra, a liberdade de viajar para fora da sua ilha. Afinal os sonhos que estiveram na origem de uma revolução, traída e negada nos seus ideais principais".



RELATÓRIO DE PAULO CASACA APROVADO

EXECUÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS DETERMINANTE PARA PRÓXIMO QCA

O desempenho na execução dos fundos estruturais deverá constituir um dos elementos a levar mais em consideração para o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), a vigorar entre 2007 e 2013 e já numa União alargada a 25 membros, defende o relatório do eurodeputado Paulo Casaca, sobre as contas do orçamento geral da União Europeia em 2001, aprovado na última sessão plenária de Estrasburgo com 438 votos a favor e 58 contra.

"Um verdadeiro programa de trabalho", foi como classificou Paulo Casaca, membro da Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu, o conjunto de recomendações contidas no seu relatório, as quais permitirão, segundo é sua convicção, "dar passos significativos na melhoria da execução orçamental".

Num relatório de grande complexidade e que obriga a diversas adições para apurar as contas da União Europeia relativas a 2001, os Fundos Estruturais foram objecto de um conjunto de recomendações, que vão todas no sentido de tornar mais criteriosa a atribuição, previsão e execução dos fundos destinados ao financiamento de projectos para o desenvolvimento regional.

Segundo o relatório, a próxima reforma dos Fundos Estruturais deverá pautar-se pelos princípios de "concentração em prioridades pouco numerosas e claras,

prosecução da simplificação administrativa, atribuição de uma maior consideração ao desempenho aquando da repartição dos fundos e prevenção de transições abruptas entre os períodos de programação".

Solicita também à Comissão e aos Estados-membros que apliquem o mais rapidamente possível as medidas de simplificação no âmbito do actual período de programação a fim de melhorar a taxa de execução das dotações de pagamento disponíveis em 2003.

Com efeito, um dos problemas que persiste é a baixa execução, muito aquém do previsto, no domínio dos programas dos Fundos Estruturais, pelo menos desde o QCA-II. "Temos um problema profundo e difícil de corrigir, que é o da sistemática subexecução orçamental, que em 2001 ultrapassou os 15 mil milhões de euros, soma colossal que por si só ultrapassa os valores de todo o orçamento de vários dos actuais Estados-membros", disse Paulo Casaca na sua intervenção.

O seu relatório incidirá sobre o sistema de contabilidade da União Europeia, relativamente ao qual considerou como a primeira prioridade "modernizá-lo e corrigi-lo", designadamente a nível informático, que necessita ser mais fiável, seguro e operacional.

São também feitas diversas recomendações sobre a política de pessoal e às agências de execução com

as quais a Comissão contratualiza para a implementação de algumas das suas actividades, sendo o Eurostat, agência europeia responsável pelas estatísticas, alvo de duras críticas.

"É profundamente lamentável que a Comissão não seja capaz de contabilizar o número de contratos com entidades terceiras através dos quais executa uma parte muito substancial do seu orçamento próprio. É sintomático em relação ao Eurostat, que se tenha já concluído não ser possível concluir nos prazos previstos uma auditoria a esses contratos nos últimos anos, dado que totalizaram mais de 2000", afirma o eurodeputado.

Alguns aspectos da Política Agrícola Comum são também visados pelo eurodeputado, sendo feita uma referência especial "ao rápido fim dos mecanismos que permitem que 20 por cento das verbas recuperadas por irregularidades no FEOGA-Garantia desapareçam, sem deixar qualquer rasto nem registo nos cálculos comunitários, em montantes e para fins que a Comissão não conhece e muito menos controla".

São também abordados no relatório de Paulo Casaca os programas de Fundação dos futuros membros, o Fundo Social Europeu, o ambiente, a política externa e o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF).

PP.

MÁRIO SOARES

APROVADO EM ESTRASBURGO RELATÓRIO SOBRE MACAU

O relatório que preconiza uma maior aproximação entre a União Europeia e a China, o segundo da autoria de Mário Soares, foi aprovado na última sessão plenária do Parlamento Europeu, realizada em Estrasburgo.

"Macau tem um importante papel a desempenhar como via de acesso a outras regiões da China", podendo facilitar todo o tipo de trocas entre as duas partes, refere o relatório.

Com a aprovação deste relatório, o Parlamento Europeu reitera assim o seu apoio à aplicação integral da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, subordinada ao princípio "um país, dois sistemas". Faz um balanço globalmente positivo, três anos após a transferência de soberania, concluindo que a situação no território está a evoluir de forma satisfatória, mantendo-se as características específicas de Macau a nível institucional, económico e social. Uma referência particular merece o facto de nas eleições legislativas de 2001 terem sido eleitos em Macau, por sufrágio universal directo, mais dois deputados, "o que representa um primeiro passo no processo gradual de democratização".

Defende-se a nomeação pela Comissão Europeia de um funcionário encarregado da cooperação UE-Macau e o aprofundamento das relações bilaterais.

O Parlamento acolheu favoravelmente o reforço da cooperação entre Portugal e Macau e a conclusão, no ano passado, de projectos como o Centro de Estudos Avançados de Turismo Macau-Europa e o Instituto de Estudos Europeus de Macau.



Orçamento comunitário. Quinze mil milhões de euros de fundos estruturais ficaram por utilizar em 2001

FERRO RODRIGUES

ALARGAMENTO DA UNIÃO É OPORTUNIDADE PARA PORTUGAL

"O alargamento deve ser visto com uma oportunidade para Portugal", disse o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, a propósito da assinatura histórica, em Atenas, no dia 16, do Tratado de adesão dos dez novos membros, Hungria, Polónia, República Checa, Eslováquia, Letónia, Estónia, Lituânia, Eslovénia, Malta e Chipre. Ao comentar a assinatura formal do Tratado de adesão, Ferro Rodrigues sublinhou que os executivos de António Guterres, durante seis anos e meio, "ajudaram a concretizar o processo de alargamento da União Europeia".

"Uma Europa mais ampla pode também ser uma Europa mais forte", considerou, defendendo, no entanto, a necessidade de avanços em domínios como a reforma política e na política externa e de defesa comum.

Perante as oportunidades económicas que

se abrem com o alargamento, Ferro Rodrigues considerou ainda que as empresas nacionais devem arriscar no mercado externo.

Significativas foram também as palavras do chanceler alemão Gerhard Schroeder durante a cerimónia que marcou a reunificação do continente europeu e que tiveram como pano de fundo a crise do Iraque: "Precisamente por ser oriundo de um país que esteve na origem da II Guerra Mundial, mas sofrendo também profundamente as suas consequências, a Europa deve hoje oferecer ao mundo um contributo inestimável que é o da resolução pacífica dos conflitos".

Por sua vez, os deputados da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu votaram favoravelmente, no plenário de Estrasburgo, dia 10, o alargamento da União Europeia ao

aprovar uma resolução não legislativa e dez recomendações individuais sobre cada um dos países candidatos. "Um alargamento inevitável", disse o eurodeputado Mário Soares.

Nos termos dos tratados, a adesão de novos países à União requer o parecer favorável do PE, obtido pela maioria dos membros que compõem o Parlamento.

Falla agora apenas completar a ratificação dos tratados de adesão para que, em 1 de Maio do próximo ano, nasça a União dos 25.

À margem da cimeira, cerca de três milhares de manifestantes aproveitaram o encontro para se manifestarem contra a guerra no Iraque, dirigindo-se particularmente às embaixadas italiana, britânica e americana, o que provocou a reacção da polícia, que respondeu com jactos de água e gás lacrimogénio.

Opinião

A VERDADEIRA PESC SERÁ SEMPRE EURO-ATLÂNTICA

A opção de Durão Barroso desta vez foi pela periferia, sem perceber que a melhor forma de conceber a defesa europeia é saber fazer a ponte entre esta e a NATO.



LUÍS MARINHO

Estou em crer que a maioria dos europeus que são culturalmente amantes da Paz, acreditam simultaneamente que uma política exterior e de defesa comum é hoje indiscutivelmente necessária. Sem ela, o discurso pacífico europeu, ainda que sustentado pelo peso da grande maioria da opinião pública, não tem nenhuma eficácia política no mundo em que vivemos.

A globalização a que estamos a assistir, não pode assentar numa única concepção de defesa, suportada por um único, ainda que formidável aparelho militar, sob pena de todos estarmos sujeitos a um gigantesco "big brother"

que tem os meios económicos e a força política para impor ao mundo a sua particular visão das coisas.

No novo século das luzes, em que a ciência e a tecnologia abrem todos os dias novos caminhos para a liberdade, igualdade e respeito pelas identidades e diferenças, não é possível aceitar um pensamento único sobre o comportamento dos homens e dos países. Ao fundamentalismo político e religioso dos *ayatollas*, dos *imans* e dos *molias*, não pode corresponder nenhum outro fundamentalismo que se arroge o poder, fora de qualquer norma, de decretar o "bem e o mal" e de julgar em consequência.

A Pátria do *Tio Sam*, que nasceu com as liberdades políticas fundamentais, não pode identificar-se, mesmo que conjuntamente, com um neomacartismo planetário que caça infiéis no Afeganistão, no Irão ou na Palestina. Porque, por esse caminho, não tardaria a vir caçá-los em Paris, Berlim ou Bruxelas.

Não nos mete medo a América. Mas assusta-nos o desmoronamento da ONU que põe em banho-maria o direito internacional. Como nos preocupa esse discurso subliminar dos falções da Administração Bush, que parece quererem aproveitar o balanço para viajar até à Síria...

E assusta-nos mais que, para além da força moral, onde a Igreja Católica e a voz do Papa João Paulo II calam fundo em todos os cidadãos, crentes ou não, só a França e a Alemanha se levantem num discurso arrojado e coerente onde perpassam as angústias e interrogações da maioria dos europeus.

A nossa ambição, na Convenção Europeia, é dotar a Europa de uma Constituição que lhe atribua os meios políticos para falar do mesmo modo, em nome de 25 nações europeias. Isso só é possível com uma política externa e de defesa comum. O que quer dizer uma Europa com razões, mas também com canhões.

Por isso, andou mal o Governo português em fugir ao encontro organizado pelo núcleo duro dos países mais europeístas, na passada semana. Foi uma oportunidade para discutir a arquitectura geral de uma futura Europa da defesa. Por fidelidades atlânticas e por coerência com os seus próprios erros, o Governo de Durão Barroso falhou a possibilidade de se credibilizar como Estado-membro essencial ao centro de decisão da Europa.

Infelizmente, não colhe os exemplos do Governo anterior, que tinha como linha de fundo estar sempre presente e ao lado de todos os movimentos que, no seio dos Quinze, contribuíam para o seu avanço. A opção de Durão Barroso desta vez foi pela periferia, sem perceber que a melhor forma de conceber a defesa europeia é saber fazer a ponte entre esta e a NATO.

O atlantismo de Portugal, que nos custou algum isolamento face ao eixo franco-alemão, poderia ter-se revelado na reunião da semana passada um elemento decisivo na construção da Europa da defesa, que não supõe antagonismo com os EUA.

O Governo português, que tão bem soube aliar-se aos pequenos e periféricos na rejeição da figura do futuro Presidente europeu, deveria ter sabido juntar-se agora aos grandes, fazendo valer a nossa história e a nossa geografia. Ao não aproveitar este momento, cometeu um grande erro político, não tirando partido dos efeitos colaterais positivos que em política sempre surgem de opções, mesmo que erradas.

A solidão europeia de Durão Barroso, desde a sua posição sobre guerra do Iraque, podia ter sido agora salva por um novo protagonismo, essencial em favor de uma política europeia de defesa.

De resto, nada perderia em matéria de coerência, bastando inspirar-se no exemplo do atlantista Blair que, nas últimas semanas, tenta redimir-se dos pecados que cometeu em relação à Europa.

Um erro sempre se absolve. A reincidência merece sanção. É que a verdadeira PESC será sempre euro-atlântica.

ANTÓNIO VITORINO

EUROPA DEVE REFORÇAR INVESTIMENTO NA DEFESA

Para que a União Europeia possa ter outro peso e dimensão nas relações internacionais, precisa de investir mais em meios militares, defendeu o comissário europeu António Vitorino, numa conferência realizada em Leiria, dia 13, organizada pela Fundação Mário Soares.

Para o comissário, o reforço do investimento na Defesa seria uma forma de inverter o estado de subalternização em que a União Europeia se encontra em relação aos Estados Unidos da América. O conflito no Iraque mostrou, mais uma vez, as fragilidades da União Europeia neste domínio, reagindo a "estrutura débil e fraca das suas forças militares", que tem sido "prejudicada por anos e anos de desinvestimento face aos Estados Unidos". António Vitorino defendeu que a Convenção sobre o Futuro da Europa

deve dar uma resposta a este tipo de preocupações.

No dia seguinte, após uma audiência com o primeiro-ministro em S. Bento, o comissário criticou o agendamento para final deste mês de um encontro entre a França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo para debater o sistema de defesa europeu. O debate sobre política de segurança e de defesa deve ser feito "dentro da União e em compatibilidade com o Tratado da Aliança Atlântica", disse.

Refira-se, no entanto, que o Parlamento Europeu exprimiu o seu apoio à iniciativa daqueles países, aquando da discussão no plenário de Estrasburgo, dia 10, do relatório Morillon, sobre "Segurança e Defesa: prioridades e lacunas", convidando os outros Estados-membros a associarem-se ao grupo. O Parlamento

Europeu espera que as propostas que saírem do encontro sejam depois apresentadas ao Conselho e à Convenção. Recorde-se que depois da agência noticiosa *Reuters* e do *Financial Times* terem dado António Vitorino como um dos prováveis sucessores do actual secretário-geral da NATO, George Robertson, foi agora a vez do jornal alemão *Frankfurter Allgemeine*. Na sequência de um pequeno-almoço com embaixadores dos países membros, que decorreu em Bruxelas na missão diplomática portuguesa junto da NATO, aquele jornal alemão considerava o comissário "um auspicioso candidato".

O substituto de George Robertson deve ser escolhido no próximo conselho do Atlântico Norte, que em princípio se realizará em Junho, em Madrid.

MARIA CARRILHO

RECURSOS MILITARES DA UE DEVIAM SER POSTOS EM COMUM

Racionalizar os recursos técnicos e militares e promover a interoperabilidade entre as forças armadas dos diferentes países, foi uma das propostas da eurodeputada Maria Carrilho, na discussão do relatório intitulado "Segurança e defesa: prioridades e lacunas", no plenário de Estrasburgo.

"Alguns países - justificou - chegam a gastar cerca ou mais de 70 por cento com as despesas de pessoal e de manutenção", disse, acrescentando que talvez fosse mais proveitoso "contribuir em conjunto para uma prioridade como é a

da pesquisa científica e tecnológica sobre sistemas sofisticados e que apresenta geralmente resultados integráveis a nível da indústria e da economia".

Maria Carrilho congratulou-se com o facto de o relatório em discussão desenvolver um quadro de orientações comuns em matéria de política exterior em que se inscreve a política de segurança e defesa. No relatório defende-se a necessidade de assumir conjuntamente a nível europeu responsabilidades na esfera da segurança e da defesa, começando pelo apoio militar a tarefas de ajuda humanitária, de pre-

venção e resolução de conflitos, salvaguardando as relações transatlânticas.

Com a aprovação deste relatório, o PE preconiza assim que, no que se refere às operações militares, a União disponha, a partir de 2004, de uma força de 5.000 homens, mantidos em alerta permanente para operações de carácter humanitário e de salvamento. Até 2009, a União deverá ser capaz de efectuar nos países vizinhos operações de nível e intensidade comparáveis às do conflito no Kosovo e de forma autónoma, caso a NATO não participe.

CANDIDATAS AO DEPARTAMENTO DAS MULHERES RESPONDEM AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

Nos próximos dias 9 e 10 de Maio, as militantes do PS vão às urnas para elegerem a nova presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), o Conselho Consultivo e o Secretariado Executivo.

O "Acção Socialista" colocou seis questões às quatro candidatas à liderança do DNMS, cujas respostas reproduzimos nestas páginas.

1. *Porque é que é candidata?*
2. *Quais são os seus projectos para as mulheres socialistas?*
3. *Concorda com o sistema de quotas?*
4. *Qual o grau de autonomia que pretende para o Departamento de Mulheres?*
5. *O que é que distingue a política no feminino?*
6. *Qual a sua principal mensagem às mulheres do nosso partido?*

"UMA MULHER COM IDEIAS DE FUTURO"



CAROLINA TITO DE MORAIS

Idade: A da razão... e do coração

Profissão: Médica, psiquiatra infantil e psicoterapeuta

Livro da sua vida: "Os Thibault", de Roger Martin du Gard

Último filme: "Chicago"

Passatempos: Bridge, cinema, leitura e natalção

Personalidade: Olof Palme

1. A minha candidatura a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas tem a ver com o percurso de toda a minha vida, porque sempre lutei pela liberdade, por uma sociedade mais justa e mais igualitária para todos, mulheres e homens. Estes valores foram a minha referência e por eles me tenho batido desde a juventude. Recordo a luta pela autonomia universitária, as manifestações contra a ditadura, o combate no exílio e todo o trabalho desenvolvido depois do 25 de Abril.

2. Tenho como objectivos fundamentais unir as mulheres socialistas num projecto comum, dentro do PS e à escala nacional, para dar voz a todas as mulheres, mesmo as que vivem em regiões mais isoladas e carenciadas, e motivá-las para uma participação efectiva na vida política. Fazer a articulação com os departa-

mentos federativos, promover o debate político, a participação e a comunicação. O que está em causa ultrapassa largamente as reivindicações das mulheres. É o desafio de uma outra sociedade, de outros estilos de vida, de outros valores e práticas. No mundo em que vivemos, cheio de injustiças e violência, em que frequentemente ouvimos dizer que a sociedade está doente, em que existe droga, corrupção e pobreza, flagelos que nos afectam a todos e que temos que combater, é preciso contar com a participação das mulheres na partilha das decisões e da responsabilidade e fomentar uma nova filosofia e uma nova ética.

3. Concordo com o sistema de quotas, mas apenas como medida temporária. O que se impõe é a efectiva paridade, porque só pode existir uma verdadeira democracia com representação equili-

brada de mulheres e homens em todos os domínios da vida, nomeadamente na tomada de decisão política e no poder económico.

4. O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas deverá ser um órgão independente, com autonomia técnica e financeira para poder chegar com maior eficácia a todas as militantes, motivando-as e trabalhando em conjunto com elas. O Departamento está integrado no PS e trabalhará estreitamente com a sua direcção para atingir os objectivos comuns a todas as mulheres e homens socialistas.

5. A participação mais equilibrada de mulheres e homens nos órgãos de decisão política dará uma dimensão mais profundamente humana, mais democrática, mais justa e mais igualitária à sociedade portuguesa no respeito pela dignidade dos seres humanos,

orgulhosos das suas identidades e das suas diferenças.

A cultura dominante em Portugal e no mundo é uma cultura masculina, vista através dos valores que os homens hierarquizarão. Uma cultura moldada por mulheres e homens teria uma dimensão mais próxima da realidade social. É preciso não esquecer que as mulheres representam mais de 50 por cento da população mundial.

6. A minha mensagem às mulheres socialistas é de confiança nas suas capacidades. Dar voz a todas as mulheres, consciente de que juntas poderemos mudar mentalidades e construir um Portugal mais próspero, mais humano e sobretudo mais feliz. A inteligência, os saberes, a sensibilidade das mulheres são uma fonte de riqueza que não pode nem deve ser desperdiçada. Façamos, pois, esta caminhada juntas.

"COM VONTADE, COM MATURIDADE COM TRANQUILIDADE, VAMOS RENOVAR"



CELESTE CORREIA

Idade: 54 anos

Profissão: Professora

Livro da sua vida: "Os Maias" de Eça de Queiroz e "Chiquinho" de Baltazar Lopes

Último filme: "O Senhor dos Anéis" e "Fala com Ela", de Pedro Almodovar

Passatempos: Cinema, livros, ouvir música, passear na praia ao fim do dia.

Personalidades: Mary Robinson e Graça Machel

1. Numa sociedade ainda marcada por uma história cultural e social que discrimina as mulheres, o nosso partido lançou, difundiu e estabeleceu ideias e medidas visando a igualdade de oportunidades, a concretização da democracia inclusiva, da democracia paritária.

O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas é, ainda, necessário ao combate pelas causas que possibilitem alcançar uma sociedade justa e equilibrada, uma sociedade livre, paritária e fraterna. É com esta convicção que me candidato ao lugar de presidente, com vontade de trabalhar com todas as mulheres socialistas, de norte a sul, de forma fraterna e em estreita cooperação com os Departamentos Federativos, o Conselho Consultivo e o Secretariado Executivo, pelas causas que as mobilizam e ainda com o Gabinete de Estudos/Igualdade de Género.

Com maturidade, com uma equipa equilibrada na idade, nas experiências e nos diversificados conhecimentos, com tranquilidade na postura e atitude, com rigor nos princípios e a energia que as causas das mulheres nos emprestam.

2. Alcançar uma sociedade livre, paritária e fraterna é o que importa. Por isso, me proponho:

- Defender a democracia paritária, para que obtido o equilíbrio de participação entre os sexos, sejam desnecessárias medidas de acção positiva;
- Lutar para que a maternidade seja uma livre opção das mulheres;
- Aperfeiçoar a protecção da maternidade e paternidade;
- Detectar a pobreza feminina e o seu agravamento;
- Acompanhar as questões da violência doméstica;
- Contribuir para que menores e idosos(as) sejam protegidos, por igual, dos problemas de violência doméstica ou outra;
- Agir contra as discriminações e o assédio das mulheres no trabalho, no emprego;
- Pugnar para que a mulher alinje, no local de trabalho, a plena igualdade nas condições e acesso aos lugares de topo;
- Acompanhar as decisões governamentais, concretamente nos direitos individuais e colectivos, incluindo as políticas de família, de emprego, educação e de saúde;
- Atribuir uma particular atenção ao

acompanhamento da situação das mulheres migrantes;

- Acompanhar os progressos registados nas organizações internacionais.

3. O sistema de quotas, no que respeita à representatividade política das mulheres, é, sem dúvida, ainda hoje, necessário como se pode facilmente constatar.

O PS tem sido pioneiro nesta matéria e é o único que, até hoje, consegue apresentar algum equilíbrio entre homens e mulheres, tendo inscrito esses mesmos princípios nos seus Estatutos, os quais têm vindo a ser respeitados progressivamente, podendo-se dizer que hoje são cumpridos escrupulosamente.

O mesmo não acontece, ainda, nos outros partidos e na sociedade. Importa alcançar uma sociedade justa e equilibrada entre mulheres e homens em que seja normal que *qualquer dos géneros*, na esfera da representatividade política, tenham entre 40 a 60 por cento, posição de princípio já adoptada pelas organizações internacionais.

No momento em que se torne normal a aplicação deste princípio o sistema de quotas deixa de fazer sentido.

4. O que hoje os Estatutos do PS lhe atribuem e que são um importantíssimo instrumento de dinamização e renovação, que possibilitam às mulheres socialistas ter uma importância decisiva nos processos de tomada de decisão política no seio do PS.

Realço o alcance da eleição dos órgãos nacionais e federativos de forma directa e universal.

5. A mulher tem outro olhar sobre o mundo, que em conjunto com o olhar masculino permite uma visão mais correcta dos fenómenos que se observam e, logo, mais capaz de gerar as respostas mais adequadas aos mesmos.

A mulher, que tem sido o garante da coesão social da família, tem um capital histórico de afectividade e de solidariedade seja entre mulheres, seja para com os homens, mas também para com os problemas de todos os níveis etários que importa trazer para a política e para outras instâncias.

6. Sejam criativas e solidárias, invistam na ligação à sociedade e às suas organizações. Litem pelas causas que mobilizam as mulheres.

"MAIS IGUALDADE MELHOR DEMOCRACIA"



MARIA JOSÉ MATOS

Idade: 53 anos

Profissão: Professora de História do Ensino Secundário

Livro da sua vida: "As Mãos e os Frutos", de Eugénio de Andrade, "Fernão Capelo Gaivotas", de Richard Bach e "A Condição Humana", de Hannah Arendt

Último filme: "As Horas"

Passatempos: Leitura, música e meditação

Personalidades: Martin Luther King, John Kennedy, Gorbachev e João Paulo II

1. No Dia Internacional da Mulher, a mensagem do secretário-geral foi claramente a de afirmar que a igualdade começa em casa e esta foi uma das razões determinantes. Após vários anos de trabalho na área da igualdade julgo que, mais do que a legitimidade formal para me candidatar, tenho legitimidade de empenhamento que sempre demonstrei. Respondendo ao desafio de renovação e mudança lançado por Ferro Rodrigues, quero contribuir para que sejam as convicções – e não os interesses – a nortear os procedimentos políticos. Acredito que a política se faz com ética, na observância dos valores republicanos e com sentido de serviço à comunidade. Estou convencida de que a igualdade entre mulheres e homens é o instrumento mais eficaz para o desenvolvimento humano e económico sustentado, para a construção de uma verdadeira democracia. Comigo está uma equipa com provas a nível nacional, internacional, associativo e académico.

2. Temos uma ideia e objectivos claros, uma estratégia adequada aos objectivos e um programa para pôr em prática. O DNMPMS deve contribuir para a mudança da cultura organizacional e de funcionamento do PS promovendo uma efectiva igualdade de oportunidades

entre as e os militantes, pondo em prática valores e princípios. O primeiro ponto programático diz respeito à efectiva aplicação das restantes medidas de acção positiva que estão consagradas nos estatutos do PS. Levaremos a sensibilização, a informação e a formação a todo o partido. Promoveremos iniciativas. Queremos estabelecer uma estreita colaboração com o Gabinete de Estudos com vista a promover a inclusão da perspectiva da igualdade em todos os domínios. Conosco o DNMPMS não ficará alheio a nenhum dos debates que se produzem, sejam eles sobre a regionalização, a interrupção voluntária da gravidez, a legislação laboral, a reforma do sistema político, o défice público, ou a estruturação do diálogo civil na área da igualdade...

Colaboraremos com as ONG de direitos das mulheres. Queremos dotar a nossa participação na Internacional Socialista das Mulheres. Teremos também áreas de intervenção prioritária. O tráfico para fins de prostituição, exploração sexual e pornografia, a violência de género, as discriminações no trabalho e no

emprego, a disparidade na representação e na participação política, o desrespeito pelos direitos sexuais e reprodutivos são algumas das áreas a que dedicaremos uma atenção permanente.

3. As quotas constituem um dos mais utilizados instrumentos de organização das sociedades democráticas. O desenho de círculos eleitorais, a representatividade de cada círculo eleitoral, o método de repartição dos mandatos por círculo até à repartição dos recursos orçamentais, tudo são quotas. E estas estão claramente consagradas em diversos instrumentos legais.

As quotas não são estranhas ao ordenamento da nossa vida democrática. Há quotas que não estão consagradas, mas que contribuem para a falta de transparência nos procedimentos.

As quotas estabelecem um nível mínimo de representação e participação para ambos os sexos constituem medidas temporárias especiais que visam contribuir para o objectivo final que é a paridade, visto que o sistema democrático não foi capaz até hoje de encontrar outras soluções que garantam às mulheres o efectivo gozo dos seus direitos políticos.

4. Os mecanismos deste tipo não são estruturas totalmente absorvidas no sistema sob pena de perderem toda a sua eficácia, o que redundaria na contradição de terem sido criadas para contribuírem para a mudança e acabarem por se limitar a reproduzir o *status quo!* O que o partido espera do Departamento é que cumpra a sua missão pelo que terá que ter um grau significativo de autonomia.

5. A crescente chegada de mulheres às instituições políticas correspondeu uma crescente integração das questões sociais nas agendas dessas instituições e a caracterização como atentados aos direitos humanos de situações gravíssimas que antes eram consideradas como reserva da vida privada, como é o caso da violência doméstica ou da pedofilia. Teria lugar uma tão grande vaga de manifestações pela paz se às mulheres continuasse a ser vedada a participação política? Teríamos chegado a noções como a de desenvolvimento humano se os fóruns, os gabinetes e os corredores das grandes instituições internacionais estivessem desertos de mulheres?

6. Contem conosco! Esperamos poder contar com todas.

"TODAS AS SOCIALISTAS PELA MULHER PORTUGUESA"



SÓNIA FERTUZINHOS

Idade: 30 anos

Ocupação: Deputada pelo PS na Assembleia da República

Livro da sua vida: "Cisnes Selvagens", "O Leopardo", "Amor em Tempos de Cólera", "Como Água para Chocolate"

Último filme: "Hollywood Ending", Woody Allen

Passatempos: Ler e viajar

Personalidades: Natália Correia e Xanana Gusmão

1. Este é um momento de viragem na vida do Departamento. A minha candidatura pretende ser um contributo para um Departamento mais dinâmico, mais participado e renovado no seu programa de trabalho.

O projecto que apresento para o Departamento ganhou dimensão e consolidou-se com o trabalho que desenvolvi como coordenadora e porta voz do Grupo Parlamentar do PS na Comissão Parlamentar Para a Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família entre 1997 e 2001.

Na preparação desta candidatura tenho realizado reuniões em todo o país onde, para além de recolher contributos importantes para o Manifesto que apresentarei a todas as militantes, pude reforçar a minha convicção de que este é um desafio que vale a pena porque pode envolver todas as socialistas portuguesas.

2. O meu projecto para o Departamento apresenta dois níveis de intervenção: O primeiro diz respeito à organização interna do Departamento e o segundo nível de intervenção tem que ver com a participação do Departamento na vida do Partido e na política portuguesa. Quando dei a primeira volta pelo país para preparar esta candidatura tinha

como objectivos dar a conhecer as ideias da minha candidatura e envolver as militantes numa nova etapa do Departamento. Este trabalho foi decisivo para conseguir apresentar uma lista para o Conselho Consultivo que integra militantes de todas as regiões do País. O futuro Departamento tem que descentralizar as suas reuniões, organizar o seu trabalho próximo das militantes e das estruturas do PS. É fundamental organizar uma rede de todas as militantes, e em especial de todas as mulheres eleitas no partido e nos vários níveis de poder político. É também importante criar Fóruns da Paridade abertos aos militantes socialistas e independentes, que possam funcionar como mais um espaço de intervenção política.

O segundo nível de intervenção tem que ver com o trabalho do Departamento propriamente dito. Apondo alguns exemplos, é fundamental evidenciar e transversalizar a igualdade entre mulheres e homens dentro do Partido Socialista, aumentar a participação política das mulheres e através do reforço das condições de conciliação das diferentes actividades promover mais qualidade à participação política dos homens, valorizar o tradicionalmente feminino pelo

reconhecimento dos cuidados e trabalhos desempenhados pelas mulheres, reforçar a protecção da maternidade e o papel da paternidade garantindo a conciliação da vida privada com a vida profissional, garantir a visão da igualdade entre mulheres e homens no acompanhamento constante e crítico da acção governativa.

O trabalho a desenvolver pelo Departamento deve envolver todas as socialistas e ter repercussão e visibilidade na sociedade portuguesa, para as portuguesas, é um trabalho de "Todas as Socialistas pela Mulher Portuguesa".

3. Concordo com as quotas como um instrumento de provocação aos partidos. Não é aceitável que a evolução da participação das mulheres nos partidos políticos seja tão lenta quando comparada com a evolução da participação das mulheres na sociedade em geral. Por outro lado, se compararmos a percentagem de mulheres directamente eleitas nos diferentes grupos parlamentares na Assembleia da República, percebemos que o PS é o grupo parlamentar com uma participação mais equilibrada entre mulheres e homens, com uma evolução quantitativa e qualitativa-

mente superior à dos outros grupos parlamentares.

4. O grau de autonomia previsto nos estatutos parece-me adequado.

5. As mulheres e os homens são naturalmente diferentes, e por isso é natural que essas diferenças se façam sentir também na política. No entanto, mais importante do que discutir o que distingue a política no feminino, parece-me ser discutir que a Humanidade são as mulheres e os homens e que, como tal, as mulheres e os homens devem, têm direito, a estar em todas as esferas de intervenção e participação social, incluindo a política.

6. Estas primeiras eleições gerais são da maior importância e determinantes para o futuro do Departamento. Para que esta nova etapa se concretize como um novo impulso, dinâmica e exigência para o novo Departamento é essencial o envolvimento de todas as militantes do PS. Está nas nossas mãos darmos força e sentido de utilidade ao trabalho do Departamento de Mulheres do PS. A participação de cada militante não se esgota na escolha da melhor candidata. A participação de todas as militantes é essencial.

VILA FRANCA DE XIRA**SANEAMENTO PREVINE INUNDAÇÕES EM ALVERCA**

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira lançou um concurso público para a execução do saneamento pluvial para prevenir as cheias em Alverca.

O projecto avançado pela autarquia socialista, que contempla um investimento de 817 mil euros, será decisivo para pôr fim às preocupações das populações, no caso da pluviosidade aumentar. A bacia de retenção ocupará uma área de 33.220 metros quadrados e terá um limite superior de armazenamento de 49.500 metros cúbicos.

De acordo com a autarquia, o problema das cheias só ficará totalmente resolvido "quando a Estação de Tratamentos de Águas Residuais de Alverca e a bacia de retenção estiverem a funcionar".

BARREIRO**AUTARQUIA DISPONIBILIZA INFORMAÇÃO "ON-LINE"**

Os municípios do Barreiro têm à sua disposição desde a semana passada um "site" na Internet onde é disponibilizada informação sobre processos de obras e vários serviços públicos.

Este projecto permite aos barreirenses aceder a informação variada sobre monumentos, serviços públicos, colectividades, restaurantes e espaços de lazer, bem como horários e percursos de carreiras de transportes públicos e localização de ruas e farmácias.

Sem terem que sair de casa ou do emprego, os municípios poderão consultar ainda, mediante um registo prévio, dados sobre os processos de loteamento, obras, reclamações e contra-ordenações.

Segundo a autarquia socialista, "as pessoas poderão aceder futuramente a pareceres técnicos da câmara e outros de organismos públicos sobre os seus processos".

MELGAÇO**CÂMARA ENTREGA CHAVES DE HABITAÇÃO SOCIAL**

A Câmara Municipal de Melgaço entregou as chaves de 18 fogos de habitação social a famílias carenciadas de nove freguesias do concelho, num investimento de um milhão de euros.

Segundo o presidente da autarquia, Rui Solheiro, "estas 18 casas praticamente eliminam" o problema das habitações degradadas do concelho, "já que o projecto de luta contra a pobreza do concelho reparou as dezenas de habitações que estavam em mau estado".

Em comunicado, a autarquia socialista refere que as novas casas são do tipo moradia, construídas de forma dispersa por diferentes freguesias, tendo como objectivo manter as famílias no seu local de origem, "evitando assim a constituição de guetos sociais".

As habitações permanecerão como propriedade do município, sendo arrendadas às famílias em sistema de renda apoiada. O valor da renda será calculado em função dos rendimentos do agregado familiar e da sua composição.

CARTAXO**MUNICÍPIO QUER DEFINIR RESPONSABILIDADES NA PONTE D. AMÉLIA**

A Câmara Municipal do Cartaxo não quer mal entendidos sobre a responsabilidade das obras de manutenção da Ponte D. Amélia que assegura a travessia para o concelho de Salvaterra de Magos.

O presidente da autarquia, Paulo Caldas já manifestou a sua preocupação sobre esta questão, junto do Secretário de Estado das Obras Públicas e do Instituto de Estradas de Portugal, propondo a assinatura de um protocolo entre as três entidades para dividir responsabilidades.

A ponte em causa, inaugurada em 1904, teve obras de adaptação ao trânsito rodoviário da travessia em 2001, que permitiram a ligação das freguesias de Muge (Salvaterra de Magos) e Valada (Cartaxo) e encurtaram de 40 para menos de um quilómetro a distância entre estes concelhos.

Segundo a autarquia socialista é



necessário prevenir o desgaste das estruturas da ponte centenária, que engloba uma faixa de rodagem com 2,6 metros de largura, fazendo-se o trânsito

alternadamente, regulado por um sistema de semáforos, e dois passadiços laterais, um para os peões e outro para os velocípedes.

TORRES VEDRAS**IMPEDIDAS CONSTRUÇÕES EM ÁREAS DE RESERVA AGRÍCOLA**

A autarquia de Torres Vedras vai impedir construções em áreas da Reserva Agrícola Nacional, mesmo que os proprietários consigam anular aquela classificação.

A construção em áreas classificadas como Reserva Agrícola Nacional (RAN) é proibida, mas é possível obter a desafecção, através da Comissão Nacional da RAN, o que permite que tais terrenos deixem de ser considerados como importantes para actividades agrícolas.

A decisão da autarquia socialista



pretende evitar que os promotores de obras continuem a recorrer à Comissão da Reserva Agrícola para pedirem a desafecção dos terrenos, dado que essa era a forma de verem aprovados os projectos na autarquia, explicou o vice-presidente da Câmara, Carlos Miguel.

"Até este mandato, linha sido prática em todas as desafecções não existir impedimento à construção, o que no entender da autarquia pode contribuir para o desordenamento e dispersão do território", sustentou Carlos Miguel.

AMADORA**LANÇADO PROGRAMA PARA ACABAR COM O LIXO**

Com o objectivo de tornar a Amadora num município mais limpo, a Câmara Municipal entregou a cada junta de freguesia uma "equipa" de limpeza de ruas, composta por uma varredora automática, um molotista e um cantoneiro de apoio.

O presidente da Câmara Municipal, Joaquim Raposo, espera que esta experiência descentralizadora dê resultados positivos, estando já previsto



que daqui a um ano se faça uma avaliação para se poder aumentar e alargar o âmbito da intervenção, sublinhando que "é preciso que as pessoas colaborem para tudo isto não ser um esforço inglório".

A autarquia socialista prevê ainda lançar um concurso público para a escolha de um parceiro, visando a criação de uma empresa municipal para resolver o problema do lixo no concelho.

CLUBE DE REFLEXÃO

DEBATER À MARGEM COM A CONSCIÊNCIA POSICIONADA À ESQUERDA

Discutir as grandes questões que preocupam os socialistas e os portugueses, além de suscitar novas oportunidades de debate dentro do PS são os objectivos centrais da "Margem Esquerda" (ME), um clube de reflexão prestes a completar o seu primeiro ano de existência e que nos é dado a conhecer mais profundamente por um dos seus dinamizadores, Rui Namorado.



Criada em Maio de 2002, a ME surge num contexto em que os seus elementos fundadores "consideraram insuficiente a reflexão estratégica e ideológica dentro de um Partido Socialista distanciado de algumas das dinâmicas sociais e culturais emergentes". Apostando num "impulso renovador" susceptível de vir a dar aos militantes poder de decisão nas escolhas principais, os dinamizadores da "Margem" defendem que só abrindo verdadeiramente as portas do PS às bases será possível um autêntica e eficaz contacto com a sociedade. É que, levar o socialismo a sério, segundo Rui Namorado, implica um "regresso do partido ao futuro, como a melhor maneira de robustecer as suas raízes e de ser a esperança do povo português". "Margem Esquerda" é, pois, um nome em harmonia com os objectivos

propostos pelo clube.

"Não o teríamos aceitado se não sentíssemos que é esse o nosso lugar e que ser de esquerda é o essencial da nossa atitude perante a sociedade", assegura Rui Namorado para quem a designação também regista a aceitação do "risco de estar, por vezes, à margem das posições dominantes ou das rotinas instaladas, de sermos marginais, se for esse o preço a pagar pelo inconformismo".

Mas a "mensagem mais funda" deste nome é a de que a ME é uma parte de um conjunto diversificado mais amplo ¾ o Partido Socialista ¼ "que ficaria incompleto sem ela, tal como o ficaria sem qualquer das suas outras componentes".

Assim, os membros do clube participam nas mais diversas estruturas do Partido.

"Uns são militantes de base, outros são dirigentes nacionais, federativos ou

concelhios, outros ainda responsáveis por secções".

"Pode dizer-se que a ME se insere na vida do PS como instância de conjugação de posições e de concertação de atitudes, nos momentos e nos casos em que isso se justifique", diz o dinamizador, apontando porém para o facto de clube não renunciar a ter sua própria agenda política.

Provas de um dinamismo prometido são as iniciativas até agora implementadas pela ME.

Desde a sua fundação, a "Margem Esquerda" já apresentou um conjunto de documentos que publicou, entre os quais merecem destaque o "Manifesto Político" fundador, subscrito por 110 socialistas de 11 distritos, e a moção de alteração dos estatutos do última reunião magna dos socialistas.

"Mais de um quarto das moções sectoriais apresentadas nesse

Congresso tiveram como primeiros subscritores membros do clube", assinala Namorado, para quem também é importante salientar o facto de a ME ter discutido em diversas reuniões a reforma do sistema político e de ter produzido documentos internos de apoio ao debate.

A "Margem" elaborou ainda "um texto crítico da primeira proposta de revisão da Declaração de Princípios do PS", que entregou à comissão responsável pela sua redacção, lembra o camarada. Quem desejar ter acesso a estas e outras informações poderá visitar o sítio da Internet do clube em www.margemesquerda.org ou solicitar documentação através do correio electrónico para margemesquerda@hotmail.com.

Destaque-se que, anualmente, participam na ME mais de uma centena de militantes do PS. Por isso, todos os camaradas que se revejam na identidade e nas ideias expressas no Manifesto poderão ser membros do clube. Bastará para tal que manifestem vontade de aderir à "Margem" mediante uma auto-proposta que será avaliada e aceite, "salvo se houver uma qualquer razão objectiva ética ou política que a desaconselhe".

Recusando ser uma tendência interna do PS, o clube perspectiva a sua e o alargamento das suas actividades, "tornando-as mais sistemáticas".

"Queremos contribuir para um outro tipo de relacionamento do PS com os movimentos sociais, ajudar a trazer para dentro do partido novos problemas e principalmente novas

inquietações culturais e ideológicas", assegura Rui Namorado que, a título pessoal defende, como vantagem a "diversidade" no seio da família socialista.

"Não me parece aceitável subalternizar as diferenças de perspectivas que existem dentro do PS, para deixar que campeiem fulanismos ideologicamente incaracterísticos", disse, alertando para o risco de se gerarem "grupos clientelares que só podem degradar a imagem do partido e da política".

Para Rui Namorado, "o reconhecimento do direito de tendência, como acontece noutros partidos socialistas, colocaria todos os militantes em pé de igualdade, tornando tudo mais democrático e mais transparente".

Questionado sobre o aparecimento das "cibersecções" e das novas formas de participação na vida do PS, o dinamizador da "Margem Esquerda" considera que "todas as iniciativas de renovação organizativa tomadas no último Congresso são positivas", mas, "se não forem continuadas e completadas podem não dar todos os frutos desejáveis".

Namorado aponta, deste modo, para a urgência de se melhorarem os métodos de escolha dos candidatos que o PS apresenta nos diversos tipos de eleições e adverte: "Tem que se pôr fim às cooptações encapotadas, que muitas vezes, em vez de designarem os mais competentes, promovem a mediocridade e abrem as portas a insalubres processos de trocas de favores".

MARY RODRIGUES

ACÇÃO SOCIALISTA. AGORA, É GRÁTIS.

BASTA TER AS QUOTAS EM DIA.

Acção
Socialista



COMPOSIÇÃO DOS NOVOS ÓRGÃOS FEDERATIVOS

Após os congressos das federações de 5 e 6 de Abril, decorreram já 14 reuniões de outras tantas comissões políticas distritais que tiveram como tarefas fundamentais a eleição dos respectivos órgãos.

O "Acção Socialista" publica nesta edição as composições dos secretariados federativos e das mesas das comissões políticas, entretanto eleitos.

FEDERAÇÃO DISTRITAL DO ALGARVE

Presidente
Miguel Freitas

Mesa da Comissão Política Distrital
Luis Carito
Manuela Neto
Augusto Miranda

Secretariado Distrital
Álvaro Palma Araújo
Carlos Matos
Hugo Nunes
Isabel Guerreiro
Joaquim Castelão Rodrigues
Jorge Botelho
José Águas da Cruz
Nuno Aires
Rui Lourenço
Sérgio Viana

FEDERAÇÃO DISTRITAL DO AVEIRO

Presidente
Alberto Souto Miranda

Mesa da Comissão Política Distrital
Armando França
Regina Fontes
Manuel Duarte Brandão

Secretariado Distrital
Filipe Neto Brandão
Elísio Amorim
João Bernardo
Josias Gil
Humberto Rocha
Celestino P Almeida
Carlos Afonso Oliveira
Fernando Rocha de Andrade
Cláudia Isabel Oliveira Santos
Mária Filomena Pinheiro
Vitor Monteiro
Esmeralda Souto
Américo Tavares
Carla Rodrigues
Jorge Sequeira

FEDERAÇÃO BAIXO ALENTEJO

Presidente
Luis António Pita Ameixa

Mesa da Comissão Política Distrital
António Eduardo de Sousa Paiva
Manuel António Vitorino Mestre

Secretariado Distrital
Aníbal Sousa Reis Costa
António José Marciano
Arlindo Manuel Conceição Costa
Carlos Manuel Couraça Calhau
Fernando Romba Guerreiro
Francisco José Arvanas Ferreira
João Alberto Lança Fragoso
João Arthur Merlin Nobre
José Fernando Rosa Mendes
José João Fralda Carias

José Pinheiro Monge
Luis Inácio Ramires Fragoso
Manuel Francisco Espada Guerreiro
Mário Avelino Silva Martins

FEDERAÇÃO DISTRITAL DE BRAGA

Presidente
Mesquita Machado

Mesa da Comissão Política Distrital
Mesquita Machado
António Magalhães
José Ribeiro

Secretariado Distrital
Alfredo Cardoso
Artur Lopes
Joaquim Costa
Manuel Salgado
Mária do Carmo Antunes
Mário Caravana
Nuno Godinho
Palmira Maciel
Raul Rocha
Ricardo Gonçalves

FEDERAÇÃO DISTRITAL DE BRAGANÇA

Presidente
José Carlos Correia Mota Andrade

Mesa da Comissão Política Distrital
Manuel Luis Gomes Vaz
Vitor Prada Pereira
Ana Margarida Campos Duque Dias

Secretariado Distrital
António Júlio Reilhas
António Rodrigues Vieira
Camilo António Moraes
Carlos Miguel Cruz Brito Machado
Fernando José Peixinho Rodrigues
Fernando Nascimento Calado
Gracinda Fátima Carvalho Peixoto
João Manuel Gradissimo Rocha
José António Costa Ferreira
Luis Miguel Alves Gomes
Mária Goretti Monteiro Carneiro
Raul Jesus Rocha Ferreira
Teresa do Céu Portugues Barreira
Virgílio Luis Pinto

FEDERAÇÃO DISTRITAL CASTELO BRANCO

Presidente
Fernando Serrasqueiro

Mesa da Comissão Política Distrital
Joaquim Morão Lopes
Mária do Carmo Andrade
Mária da Conceição Martins

Secretariado Distrital
João José Cristovão
José Sanches Pires
Luis Manuel Santos Correia

João António Martins Lindeza
Victor Manuel Pinheiro Pereira
João Manuel Rijo Dionísio
António José M. Dias Lopes
João Nuno Marques Carvalhinho
Victor Manuel Carmo Cavalheiro
Luis Manuel Fonseca Nascimento
Margarida Maria Tacanho Pereira
Telma Catarina Dias Madaleno
Fernando Vieira da Silva
Mária Cristina Lopes Dias
Mária José Batista

FEDERAÇÃO DISTRITAL DE ÉVORA

Presidente
Henrique Troncho

Mesa da Comissão Política Distrital
Vitor Martelo
João Monarca Pinheiro
Nazaré Lança

Secretariado Distrital
Capoulas Santos
Carlos Zorrinho
Elsa Lopes
Francisco Chalaça
José Alberto Fateixa
Luis Maneta
Mafalda Troncho
Manuel Pereira
Mária Conceição Marinho

FEDERAÇÃO DISTRITAL DA GUARDA

Presidente
Fernando Cabral

Mesa da Comissão Política Distrital
José Alvaro Ubach Chaves Rosa
António José Vieira Frias
Emílio António Pessoa Mesquita

Secretariado Distrital
António Manuel Martins Batista
Armando Manuel Pereira Monteiro dos Reis
Eduardo Mendes Brito
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
José Pires Veiga
Mária do Carmo Pires Almeida Borges
Norberto Alexandre Cabral Gonçalves
Pedro Miguel Silva Pires
Rita Cunha Mendes
Rita Manuela Mascarenhas Santos Miguel
Pedro Miguel Patrício Guerra

FEDERAÇÃO DA ÁREA URBANA DE LISBOA

Presidente
Joaquim Raposo

Mesa da Comissão Política Distrital
Rui Cunha
Luis Lopes
Sandra Vinagre

Secretariado Distrital

Acácio Barreiros
Vasco Franco
João Serrano
Guilhermino Rodrigues
António Barbosa de Oliveira
Dália Araújo
José Jorge Letria
Anabela Barata Gomes
Marcos Perestrello

FEDERAÇÃO DISTRITAL DO PORTO

Presidente
Francisco Assis

Mesa da Comissão Política Distrital
Narciso Miranda
Abílio Santos
Mária Gamboa

Secretariado Distrital

Agostinho Gonçalves
Ana Maria Feijó
Ana Maria Pereira
Ana Maria Rocha
Carlos Lage
Eduardo Vitor Rodrigues
Fernando Jesus
Georgina Costa
Joaquim Couto
José Luis Carneiro
José Manuel Ribeiro
José Ribeiro Fernandes
Manuel Pizarro
Mária de Lurdes Ruivo
Orlando Soares Barros Gaspar

FEDERAÇÃO DISTRITAL DE SANTARÉM

Presidente
Paulo Fonseca

Mesa da Comissão Política Distrital
Rosa do Céu
Miguel Pombeiro
Catarina Campos

Secretariado Distrital
Paulo Fonseca
Paula Cristina Silva
Pedro Ribeiro
Nelson Carvalho
Francisco Madelino
Pedro Magalhães Ribeiro
Fernanda Assesseira
Fernando Pratas
Fernando Santos
Ana Caixinhas
Nuno Antão

FEDERAÇÃO DISTRITAL DE SETÚBAL

Presidente
Mária Amélia Antunes

Mesa da Comissão Política Distrital
Eduardo Cabrita
Manuel Afonso
Teresa Dinis

Secretariado Distrital

Carlos Lopes
Joaquim Ventura Leite
Teresa Almeida
Pedro Marques
José Matos Leitão
António Monteiro
Jorge Mares
Ana Paula Covas
Nuno Canta
Carlos Ferreira
João Pintassilgo

FEDERAÇÃO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Presidente
António Rui Esteves Solheiro

Mesa da Comissão Política Distrital
Alberto Marques de Oliveira e Silva
António Jorge Gama Oliveira

Secretariado Distrital

António Pereira Júnior
José Emílio Pedreira Moreira
José Luis Serra Rodrigues
José Manuel Vaz Carpinteira
Rosalina Maria Barbosa Martins
Fernando Pereira Cabodeira
José Torcato Jácome Passos
Dora Maria Abreu Brandão Cruz
António Montenegro Cunha Fiuza
Mária Manuela Ferreira
Palmira Ribeiro Costa
José Pedro Simões Ribeiro
Mária Luísa Dias Gomes
Paulo Jorge Peixoto Pimenta

FEDERAÇÃO DISTRITAL DE VISEU

Presidente
José Junqueira

Mesa da Comissão Política Distrital
Afonso Abrantes
José Correia
José Pereira Pinto

Secretariado Distrital

Ana Paula Madeira
António Borges
Carlos Diogo Pires
Isabel Albuquerque
João de Melo
João Santos
Joaquim Alexandre
Joaquim Patrício
José Rui Cruz
Mária Irene
Mário Ferreira
Miguel Ginstal
Orlando Mendes
Paulo Barradas

PARA UMA RENOVAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO PS

O Partido Socialista tem, no domínio da Educação, princípios bem definidos, que devem nortear a sua acção e as suas propostas:

A igualdade de acesso de todos (relacionada com a gratuidade);

A promoção da qualificação (que, dado o atraso português, deve manter-se como a principal prioridade nacional);

A defesa da coesão social (também para o meio milhão de imigrantes dos países do leste europeu).

O investimento que o País fizer nestes dois últimos pontos condicionará o seu desenvolvimento e o papel que virá a desempenhar no seio da Europa. Foi neste sentido que pensamos lançar alguns tópicos para debate sobre Educação dentro do partido, e em particular na Secção de Educação da FAUL.

Quanto ao Ensino Superior, o PS não pode colaborar na ideia que se pretende generalizar para o público de que é um sector mal gerido, e cuja eficácia nunca poderá melhorar se se mantiverem mecanismos democráticos de eleição e decisão, bem como algumas garantias nas carreiras do pessoal docente! Assim, penso que o PS deverá pautar a sua discussão e as suas propostas quanto à estrutura, gestão e financiamento deste sector, por algumas ideias fundamentais:

A redefinição da rede de ensino superior e o estabelecimento de parcerias e colaborações entre instituições devem ser incentivados, mas têm de preservar a respectiva autonomia para a participação em objectivos comuns, que reflectam, simultaneamente, os interesses locais, dos docentes e restante pessoal, e dos alunos, e salvaguardem as situações problemáticas das instituições mais periféricas (fora do litoral, insulares e politécnicas);

A gestão deve basear-se em órgãos democraticamente eleitos, com reais poderes de decisão, de que deverão ser responsabilizados; para isso, os resultados da gestão devem ser auditados, e os resultados tornados públicos;

O financiamento tem de ser basicamente público, as propinas devem ser consideradas apenas uma "taxa moderadora", não sendo razoável aumentar a taxa de participação das famílias (que já é, obviamente, muito superior ao montante das propinas);

A generalização do debate sobre o processo de Bolonha, e a implementação de uma política europeia de convergência neste sector são tarefas urgentes, e oportunidades de repensar o nosso próprio sistema.

Quanto ao Ensino Básico e Secundário, será necessário, igualmente:

Generalizar o ensino obrigatório, progressivamente, até ao 12º ano, aproveitando para preparar com antecipação os docentes para as novas tarefas e actualizando os seus métodos de ensino – o que, aliás, relativizaria qualquer excesso momentâneo de professores;

Redefinir os objectivos de cada ciclo de escolaridade, e reorganizar os programas e escolaridades em função disso;

Reorganizar, de acordo com as populações escolares e locais, a rede de escolas, sobretudo nas grandes cidades, optimizando na sua utilização, e preparando antecipadamente a chegada dos novos alunos do ensino obrigatório de 12 anos;

Aumentar a autonomia e a responsabilização dos agrupamentos de escolas, também a nível curricular e financeiro, reorganizando a sua gestão, mas baseando-a sempre em mecanismos de eleição democrática.

A defesa da coesão social passará ainda pelos seguinte aspectos:

Lançar um verdadeiro programa, ao nível de todos os sectores, para implementação do ensino-ao-longo-da-vida;

Organizar um verdadeiro combate ao insucesso e abandono escolar no secundário, e combiná-lo com estratégias de retorno ao ensino, no âmbito da alínea anterior;

Investir no Ensino Especial, reforçando os seus meios materiais e humanos (ao contrário do que o actual Governo fez);

Generalizar as formas de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa (a nível da língua e cultura portuguesas, e do apoio social escolar);

Manter o investimento para o alargamento da educação pré-escolar pública;

Lançar um debate, sem preconceitos, sobre o problema da indisciplina na escola, participado por especialistas do tema, para não ficarmos apenas nas soluções autoritárias deste Governo, nem nas pseudo-soluções que o último governo socialista levou a cabo.

Estes pontos, e outros que resultem da discussão interna do partido, deverão determinar o "Programa do Governo PS para a Educação", a definir no XIV

Congresso Nacional de 2004. Este programa deverá concretizar os pontos atrás enunciados, numa perspectiva de futuro, não podendo ser apenas uma mera defesa do programa do último Governo socialista – nem pelo que fez de bem, nem pelo que não fez... ou fez errado! O próximo Governo do PS actuará no quadro de uma educação que será convergente com a de outros países europeus, e perante tentativas de mercantilização e privatização crescentes, devendo propor soluções claras para esses problemas. E herdará ainda a situação decorrente das acções desastrosas e asfixiantes do governo actual!

A contribuição da Secção de Educação da FAUL neste ponto – coordenada com as outras secções deste sector – deve ser determinante, através do lançamento de debates sobre os vários níveis de ensino, e sobre temas concretos; deve ser valorizada a existência de uma imensa *experiência acumulada* neste sector dentro do partido (antigos governantes, dirigentes, especialistas de vários domínios, estudantes da JS e dirigentes sindicais dos professores, etc.), chamando-os a participar activamente. Obviamente que estas acções seriam coordenadas com o Gabinete de Estudos do PS, e com os respectivos deputados da Comissão Parlamentar, e tentar-se-ia obter o máximo alargamento e impacto públicos. Quanto ao funcionamento concreto da *Secção de Educação da FAUL*, são urgentes os seguintes pontos:

A Secção não pode ser apenas uma tertúlia de amigos, e a sua tarefa prioritária tem de ser o alargamento a todas as pessoas interessadas do sector (o alvo deve ser atingir, no mínimo, 300 inscritos, quadruplicando o número actual... num sector que dispõe de dez vezes mais militantes!); têm de ser feitos mailings a todos esses militantes, por correio e por via electrónica (um dos sectores onde esta forma é mais utilizada e será mais eficaz!)

MANUEL PEREIRA DOS SANTOS

MILITANTE Nº 42848

MARIA NORBERTA FALCÃO

MILITANTE Nº 42849



A redefinição da rede de ensino superior e o estabelecimento de parcerias e colaborações entre instituições devem ser incentivados, mas têm de preservar a respectiva autonomia para a participação em objectivos comuns, que reflectam, simultaneamente, os interesses locais, dos docentes e restante pessoal, e dos alunos, e salvaguardem as situações problemáticas das instituições mais periféricas.

Para a visibilidade da secção junto do público, a forma mais eficaz seria a manutenção regular de um "Suplemento de Educação" no jornal "Acção Socialista", com as opiniões dos militantes, os documentos de trabalho, e a informação sobre as acções desenvolvidas e a desenvolver (como é [foi] preconizado na Moção Global de Orientação Política C- "Por uma FAUL viva").

Uma outra medida fundamental seria a operacionalização de uma página na Internet, e o lançamento de uma cyber-secção de Educação, onde se contribuiria para a informação, formação e debate de todos os interessados.

A ausência total de estudantes na Secção é, obviamente, empobrecedora: é necessária uma campanha junto da JS para a inscrição de membros seus nesta Secção, para participarem em todas as actividades.

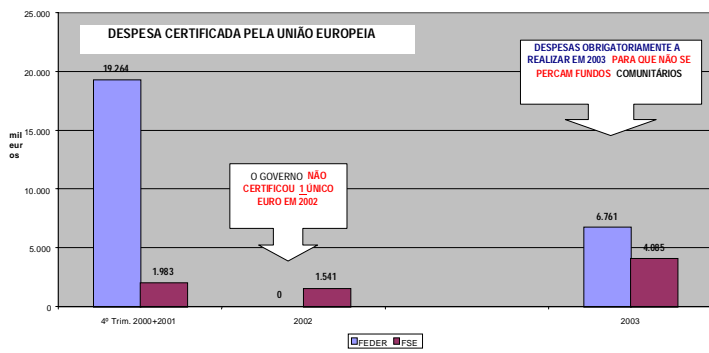
No mundo do trabalho (e da educação também!), os trabalhadores são representados pelos seus sindicatos, embora este seja um sector desprezado no trabalho partidário do PS; a secção, que dispõe de vários dirigentes e ex-dirigentes sindicais do sector, deveria debater com essas organizações sindicais (e outras) as condições de trabalho no sector, as alternativas, e também a deontologia da profissão docente.

Esta é a nossa contribuição para o sector da Educação, enquanto profissionais deste sector há bastantes anos, e militantes socialistas.

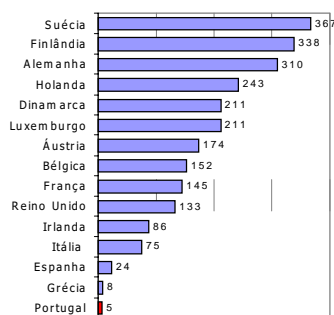
OS NÚMEROS DA CRISE EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O GOVERNO DESPERDIÇA RECURSOS ...

PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Registo de Patentes no EPO Por milhões de Habitantes 2001



MESMO QUANDO A OPOSIÇÃO QUER AJUDAR A MAIORIA CHUMBA...

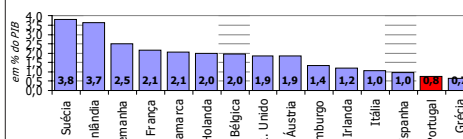
Portugal situa-se, quer em termos absolutos quer relativos, em último lugar da tabela de registo de patentes no European Patent Office (EPO). Portugal registou 56 patentes em 2001, o que corresponde a cinco patentes por milhão de habitantes. Contudo, em 1995, foram registadas apenas uma patente por milhão de habitantes.

Consciente da permanência do problema, mau grado o esforço de recuperação, o PS apresentou um projecto de lei para criar incentivos fiscais ao registo de patentes. A maioria chumbou!

EM MATÉRIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, O GOVERNO INTERROMPE OS ESFORÇOS DE CRESCIMENTO

Portugal gastou, em 2001, 815 milhões de euros em Investigação e Desenvolvimento (I&D), situando-se em antepenúltimo lugar. Em termos relativos, ou seja, em percentagem do PIB, Portugal passa para penúltimo lugar, gastando 0,76 por cento. No entanto, o esforço que Portugal fez nos últimos anos nesta matéria foi enorme, uma vez que em 1995 gastava 0,57% do PIB em I&D. Este esforço teria naturalmente de ser continuado, para prosseguir a recuperação. O actual Governo preferiu voltar atrás, reduzindo, em termos reais, o orçamento para Ciência e Tecnologia de 2003.

DESPESAS EM I&D 2001



SUGESTÕES

ISABEL PIRES DE LIMA

AS HORAS



O recente filme de Stephen Daldry, *As horas*, actualmente em exibição, é bem distinto daqueles que o cinema americano mais frequentemente nos propõe e normalmente premia e isto por duas ordens de razões: 1- porque é um filme intimista, contido, sem prescindir pontualmente de efeitos especiais; 2- porque é um filme de grande complexidade narrativa, ao contar uma história com três faces, três tempos, três espaços. É um filme sobre a solidão e o fio da navalha que separa a normalidade da loucura. Conta a história de três mulheres – embora a questão da solidão vivida no masculino se coloque também – cujas vidas atravessam o século XX. São elas: Virginia Woolf, que viveu em Inglaterra nos primeiros decénios do século XX e que foi uma genial e incompreendida escritora, autora, entre outros, de um livro intitulado *Mrs. Dalloway*; Laura, uma dona de casa americana da classe média dos anos 50, vivendo um quotidiano de monotonia e uma vida familiar entediante na sua confortável casa californiana e que se identifica com a heroína do referido romance de V. Woolf, que anda a ler: Clarissa, uma consultora editorial americana, que vive, na Nova Iorque dos nossos dias, a história da mesma heroína de *Mrs. Dalloway*. É portanto este livro que estabelece a ponte entre os universos tão distantes e tão próximos destas três mulheres.

As três se dedicam com total entrega a uma tarefa que mobiliza o maior potencial das suas energias, das suas horas: V. Woolf, a escrever a sua obra, Laura, a ler o romance *Mrs. Dalloway* e Clarissa, a tentar evitar a definitiva desistência e o suicídio de um homem, doente terminal de sida, por quem um dia nutriu uma paixão que se revelou impossível. Estas tarefas absorvem-nas de tal modo em termos de equilíbrio emocional e psíquico que elas vivem no tal fio da navalha que separa a vida da morte, a lucidez da loucura, a normalidade (incluindo a sexual) do desvio. É exactamente nesse fio da navalha que o filme se desenrola com recurso a um naipe excelente de atrizes (Nicole Kidman, Julianne Moore e Meryl Streep), a uma reconstituição de ambientes exemplar, a um saber filmar de excepção que explora as coincidências, as repetições, as homologias entre aquelas três vidas, aqueles três espaços, aqueles três tempos. O filme, que mereceu vários óscares da Academia de Hollywood, inspira-se no romance de 1998, de Michael Cunningham, *As horas* (publicado em português pela Gradiva e recentemente reeditado na colecção Mil Folhas do jornal *Público*). Recomendamos-lhe o filme e, por que não, livro.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvano Gomes da Silva silvano@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaossocialista@ps.pt

www.p.s.pt / acca.o